

A young boy with short dark hair, wearing a teal t-shirt, stands in profile on the left side of the frame, looking towards the right. The background is a landscape of green trees and hills under a clear blue sky with some light clouds. The overall mood is contemplative and serene.

Um novo
olhar
sob a reparação

Povo quilombola e os impactos
do rompimento da barragem da
Vale em Brumadinho

Um novo *olhar*
sob a reparação

Povo quilombola e os impactos
do rompimento da barragem da
Vale em Brumadinho

EXPEDIENTE

AEDAS – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

www.aedasmg.org | aedas@aedasmg.org

CONCATU Consultoria

www.concatuconsultoria.com.br

Direção Executiva: **Luiz Cláudio Lopes da Silva**

Equipe Técnica da Consultoria: **Débora Assumpção | Maíra Rodrigues da Silva**

Maria Jocicleide Aguiar | Maria Nilza de Jesus

Esta publicação:

UM NOVO OLHAR SOB A REPARAÇÃO

Povo quilombola e os impactos do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho

Projeto Gráfico e Diagramação: **Arte em Movimento**

Coordenação: **Patrícia Antunes**

Textos: **Bibiana Garrido | Débora Assumpção | Maíra Rodrigues da Silva**

Revisão de textos: **Vanice Araújo**

Supervisão de conteúdo: **Luiz Cláudio Lopes da Silva | Débora Assumpção | Maíra Rodrigues da Silva**

Fotos: Acervo CONCATU – Fotos feitas durante trabalho de campo dessa consultoria, nas comunidades quilombolas de Ribeirão, Rodrigues, Marinhos e Sapé, entre os meses de maio e junho de 2021.

Produto 6 : TDR Contrato Nº TR05/2020 AEDAS/PAR_R1_ Consultoria Especializada para Levantamento da Situação Documental e dos Danos às Comunidades Quilombolas. O conteúdo foi editado com base nos produtos 2, 3, 4 e 5, produzidos pela CONCATU Consultoria.

Brasília, julho de 2021

Sumário

- 6 APRESENTAÇÃO
- 14 POVO NEGRO EM BRUMADINHO
- 36 DEPOIS DO DESASTRE, A RESISTÊNCIA
- 62 OUTRO OLHAR SOB A REPARAÇÃO







Apresentação

Esta cartilha tem o objetivo de contribuir para o processo de reparação integral das comunidades quilombolas de Ribeirão, Rodrigues, Marinhos e Sapé, atingidas pelo desastre nas barragens da Mina Córrego do Feijão, região em que atua a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), localizada no município de Brumadinho, Minas Gerais.

Para isso, apresentamos uma análise da situação territorial dessas comunidades e os danos nos âmbitos material, imaterial e natural, causados pelo rompimento da barragem B-1 e soterramento das barragens B-4 e B-4-A da Mina Córrego do Feijão nas atividades minerárias da companhia Vale S.A.

Também resgatamos a história de contribuição da população negra na mineração em Minas Gerais e analisamos essa estrutura nos tempos atuais. Por último, falamos sobre possíveis reparações e justiça ambiental para o povo quilombola de Brumadinho.

A cartilha é resultado do trabalho realizado pela CONCATU Consultoria, que contou com uma equipe multidisciplinar de pesquisadoras com profunda experiência de trabalhos de consultoria e assessoria junto às comunidades tradicionais, em especial quilombolas e indígenas. O desenvolvimento do trabalho aconteceu em cinco fases, que contaram com pesquisas em fontes bibliográficas, levantamento de documentos e de dados, além de trabalhos de campo e entrevistas nas comunidades quilombolas de Ribeirão, Rodrigues, Marinhos e Sapé para a descrição dos danos sofridos nos aspectos territoriais, ambientais, sociais e culturais. Valorizamos a diversidade de vozes e de fontes de informação para o complexo panorama da reparação integral e das desigualdades estruturais observadas nas comunidades quilombolas.

No diálogo entre conhecimentos científicos e conhecimentos das pessoas atingidas, percebemos que o desastre criou situações complexas de vulnerabilidade, além de agravar situações de pessoas ou grupos que já estavam em condições de vulneráveis antes do rompimento da barragem da Vale, piorando, em todos os casos, as condições de vida dessas pessoas, famílias e comunidades.

Para a AEDAS, a vulnerabilidade é uma condição construída pela vida em sociedade, que não é igualitária e não é isolada, envolvendo relações profundas entre as dimensões social, econômica, ambiental, cultural, política, racial e de gênero, sendo importante examinar os processos econômicos e espaciais de marginalização que empurram os quilombos a ocupar áreas e zonas marcadas por perigos naturais e tecnológicos.

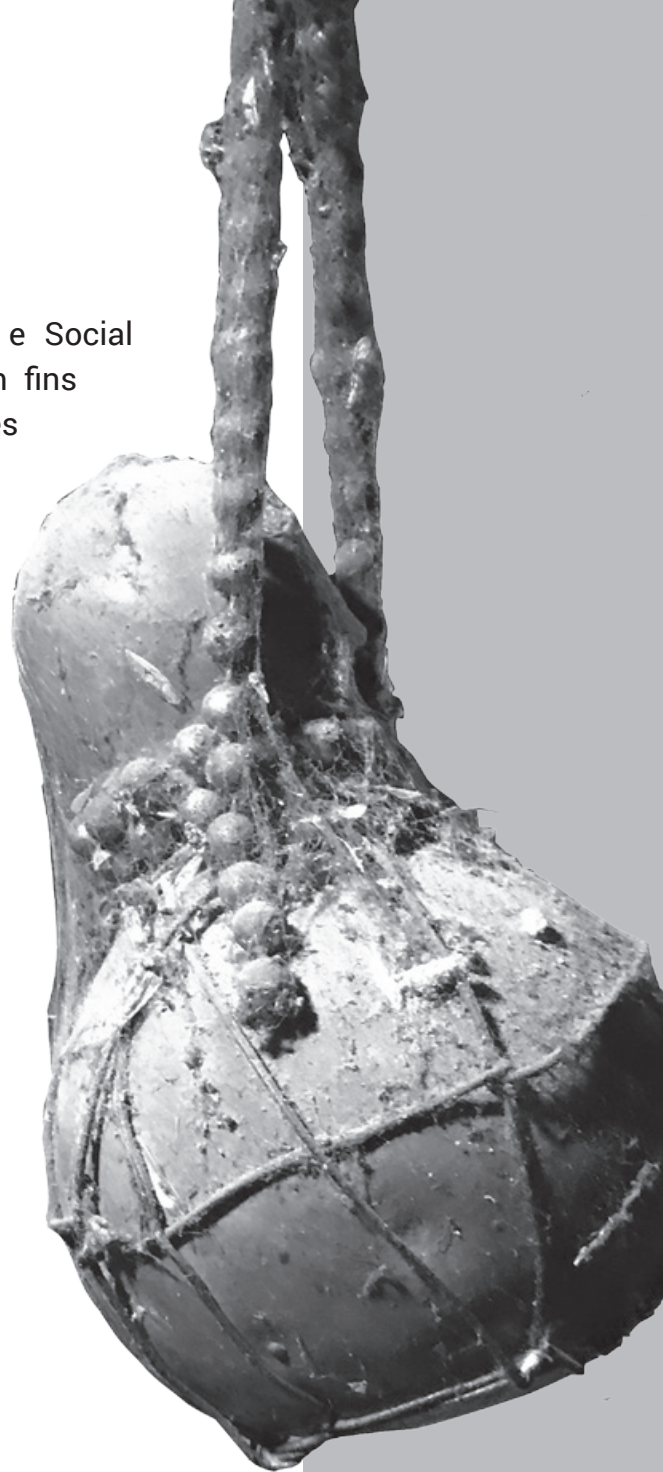
O conceito de vulnerabilidade social está, dessa maneira, associado ao grau de exposição aos perigos naturais e tecnológicos e aos acontecimentos extremos, o que coloca a sobrevivência dependente da capacidade de resistência e de resiliência das pessoas e das comunidades mais afetadas.



AEDAS

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) é uma entidade de caráter civil, sem fins lucrativos, criada no ano de 2000 pelos moradores da comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba (rio Piranga, afluente do rio Doce), ameaçados pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar, tendo como principal objetivo defender os direitos da comunidade local frente aos interesses econômicos da empresa responsável pela execução do projeto.

A obra previa a construção de uma pequena central hidrelétrica (PCH). Entretanto, ao contrário do que o nome indica, os danos sociais e ambientais à comunidade ribeirinha seriam imensos, uma vez que milhares de famílias teriam suas terras alagadas, memória destruída, atividade econômica inviabilizada e seu rio Piranga e matas devastados. Naquela ocasião, as famílias atingidas saíram vitoriosas, uma vez que o projeto da PCH foi suspenso.

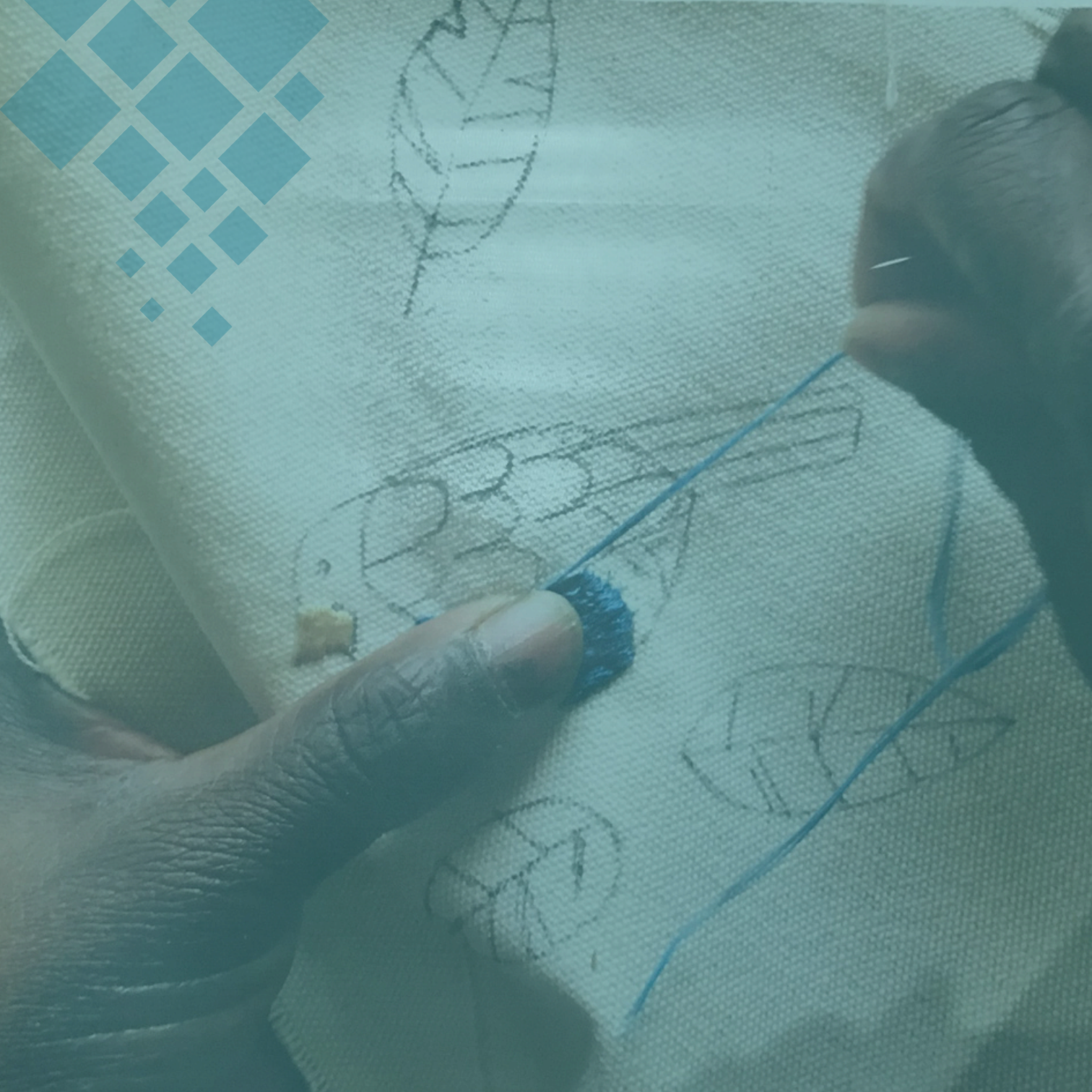


Ciente da existência em Minas Gerais de mais de 400 projetos de barragens e uma vasta população de famílias atingidas, a AEDAS passa, a partir de 2008, a ter um caráter estadual, articulando e organizando comunidades ameaçadas e atingidas por barragens de todo o estado. Nesse mesmo ano, desloca sua sede para a capital do estado. Esse passo só foi possível com o crescimento da articulação de comunidades atingidas em Minas Gerais.

Desde sua criação, o objetivo principal da AEDAS é de interceder em favor das comunidades atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias e garantir um plano de negociação coletiva, no caso da aprovação dos empreendimentos e início de danos, visando à reparação justa nos temas da habitação, fundiários, meio ambiente, saneamento, transporte e estradas, educação, saúde, produção agrícola, comercialização, agroindústria, entre outros.

Nos últimos dez anos, a AEDAS sentiu a necessidade de promover atividades para além das que giram em torno da barragem, ou seja, auxiliar as comunidades ameaçadas e atingidas no desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, a entidade vem trabalhando com diversos projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, utilizando os princípios e práticas da agroecologia para alcançar, entre as pessoas da comunidade, relações harmônicas que respeitem o meio ambiente e melhorem a renda e o bem-estar das famílias.

Atualmente, a AEDAS auxilia mais de 300 mil famílias atingidas e ameaçadas por barragens em Minas Gerais, atendendo agricultores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, garimpeiros, remanescentes de quilombos e populações urbanas.









**Povo negro
em Brumadinho**

Quando olhamos para as histórias das comunidades quilombolas, observamos o quanto lutaram por séculos por sua existência e como nas últimas décadas buscaram o acesso a direitos básicos descritos na Constituição brasileira.

Até o ano de 1729, o Paraopeba era, para a administração portuguesa, simplesmente mais uma entre as inúmeras regiões de difícil acesso, com pouca extração de ouro, onde as lavras recebiam o nome de brumado, e acabaram dando espaço a redutos e rotas de escravizados fugidos.

O início da ocupação do território que hoje pertence ao município de Brumadinho ocorreu com as bandeiras que desbravaram Minas Gerais à procura de ouro e demais metais preciosos, favorecendo o surgimento de povoados no final do século 17. Surgem os povoados de Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba e Brumado do Paraopeba, atual Conceição de Itaguá.

A descoberta do ouro no século 17 levou um fluxo enorme de portugueses e africanos escravizados para a região. O Paraopeba se tornou uma via de acesso para os paulistas entrarem na região para capturar indígenas e procurar as riquezas minerais, formando diversas fazendas escravagistas, como a fazenda do Martins e a da Boa Esperança, localizadas nas proximidades dos quilombos de Sapé, Rodrigues, Marinhos e Ribeirão.

O sequestro e o escravismo da população negra, tanto do continente africano para as Américas como o fluxo de escravizados dentro do território nacional, deram origem à população negra no país.

Em Minas Gerais, a população negra tem relação intrínseca com os processos de

mineração. Junto com o trabalho agrícola, foram as principais atividades realizadas pela população escravizada no estado.

A mineração foi uma das atividades econômicas mais importantes no Brasil colonial: enriqueceu escravagistas, assim como libertou escravizados. Em algumas regiões, os escravizados eram estimulados para aumentar a produção e acumular para a compra da alforria.

É importante lembrar que o trabalho na mineração era extremamente insalubre e, por mais que fosse rentável, apenas 3% dos trabalhadores livres a realizavam. A população branca livre evitava essa profissão, dedicando-se mais ao comércio, às funções públicas ou até mesmo ao trabalho na lavoura.

Populações africanas introduziram técnicas e tecnologias nos processos de mineração. Entre as tecnologias, as canoas, as bateias, o carumbé, o bicame e as técnicas do caxambu, do mergulho para buscar cascalho no fundo dos rios e do método de lavagem dos sedimentos chamado cuyacá. As mulheres de diversas etnias africanas eram extremamente valorizadas devido ao profundo conhecimento em encontrar ouro, já que eram elas que realizavam a extração do ouro na África Ocidental.

Os bantus, conhecidos como aqueles que detinham o segredo da metalurgia, tinham a sabedoria do controle da temperatura dos fornos e da composição do material para a fundição. As técnicas africanas na mineração só vieram a ser substituídas no século 18 em grandes empreendimentos que utilizavam técnicas modernas, mas ainda com a alta presença de escravizados.

Destituídos de suas raízes, laços familiares, cultura, armas, terras e dinheiro, pessoas

negras encontravam na fuga e na constituição do quilombo um resgate à condição de humanidade. Os quilombos se formaram como focos de resistência, como comunidades livres e autônomas que produziam e reproduziam sua cultura ao mesmo tempo que lutavam por direitos e ideais.

A origem da palavra quilombo (em português, quilombo)¹ remete às povoações da África que têm como expressão linguística o bantu, principal grupo que povoou Minas Gerais do século 16 ao 18. Entre elas, encontram-se os grupos de Lunda, Luba, Ovimbundu, Mbundu, Kongo, Imbangala, entre outros que se dividem entre Angola e Zaire.

Estudos de cartografia sobre os mapas de quilombos na Capitania de Minas Gerais no século² 18 e 19 demonstraram que esses territórios tinham as organizações social e espacial muito próximas de reinos da África Central, nos quais a forja de ferro ficava localizada no centro do reino, perto da Casa do Rei.

As comunidades quilombolas se organizaram a partir dos saberes ancestrais, preservando a

1- MUNANGA, 1995

2- ZEMELLA, Mafalda P. O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1990.



herança africana que pode ser compreendida nos elementos presentes tanto no continente africano como na diáspora africana. Esses elementos foram o fio condutor da reorganização das populações negras no Brasil a partir de suas ancestralidades.

Com o declínio da atividade mineradora no final do século 19 e as diversas revoltas da população negra e quilombola, apoiada pelo movimento abolicionista, e com a pressão externa do comércio mercantil, aboliu-se a escravatura e instituiu-se o trabalho assalariado. Apesar da abolição, não houve nenhuma reparação para as populações negras e indígenas, criando-se desiguais índices entre os grupos raciais no Brasil. Tanto a mineração quanto a atividade ferroviária são processos ligados à realidade local, tendo sido a segunda atividade uma etapa fundamental para a consolidação da primeira. Afinal, foi no início do século 20 que a mineração retornou à cena na região, uma vez que empresas estrangeiras de mineração adquiriram grandes propriedades de terra ao longo da Serra da Moeda.

Esse levantamento das comunidades quilombolas de Brumadinho tem o objetivo de superar as lacunas de conhecimento e reconhecimento de comunidades quilombolas por órgãos oficiais e institucionais, principalmente em relação aos direitos territoriais dessas comunidades, tendo em vista a identidade quilombola.

A existência dos quilombos em Brumadinho enfatiza a importância dos territórios tradicionais como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais. Por isso, **além das questões materiais, é preciso considerar as consequências psicológicas, culturais e sociais do rompimento da barragem sobre a população quilombola de Brumadinho. Inevitavelmente, as celebrações, as manifestações culturais, os saberes e os modos de fazer sofreram e sofrerão por um longo período impactos negativos decorrentes das perdas irreparáveis a que essas comunidades foram submetidas.**

O patrimônio cultural brasileiro, determina o Artigo 216 da Constituição, deve ser promovido e protegido pelo poder público, considerando tanto os bens de natureza material quanto imaterial – o jeito de se expressar, ser e viver – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. E quando esses direitos são violados, como no caso das comunidades atingidas, devem ser reparados.

Pudemos observar que o dano ao patrimônio material sofrido pelas comunidades quilombolas envolve impactos na educação, saúde, trabalho, renda, transporte e mobilidade.

Já o patrimônio imaterial é aquele transmitido de geração a geração, recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, e que contribui para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

As festas, danças, músicas, tecnologias tradicionais, celebrações e demais modos de criar, fazer e viver compõem a base da existência de vários grupos sociais por todo o Brasil. Produções indígenas, afrodescendentes, de povos ribeirinhos, imigrantes e toda a diversidade e expressões e organizações socioculturais também mereciam a atenção dos poderes públicos e a execução de ações de proteção e valorização específicas.

É no território e na lida com a terra que as comunidades quilombolas vivem e é possível que, por meio de suas lembranças e experiências, sejam fixadas suas memórias e sensibilidades, dando o sentido de pertencimento e identidade como grupo comum, a percepção de fazer parte de uma nação, um estado não apenas como uma condição legal, mas também como parte de compartilhamentos de formas e modos de se representarem a partir desse lugar.

O rompimento impactou todas as relações sociais e familiares que se construíam nos quilombos Sapé, Rodrigues, Marinhos e Ribeirão. Além da perda de membros da comunidade, da completa transformação da rotina e dinâmica em que viviam, de suas atividades e tradições, de seus costumes e festejos, os quilombolas lidam com a ausência de pessoas que costumavam fazer visitas às comunidades antes do desastre.

Mais da metade (73% das famílias quilombolas entrevistadas nas comunidades) avalia que os danos do desastre foram altos e muito altos em relação ao acesso à cultura, ao patrimônio imaterial, ao esporte e ao lazer. Aproximadamente metade das pessoas disse não ter acesso a equipamentos de esporte, cultura e lazer.

Os dados mostram que a falta de acesso à infraestrutura é expressiva, assim como o fato de que **o rompimento da barragem causou significativos danos. Sobre a realização dos festejos, o maior impacto se deu na diminuição de pessoas nas atividades ou até mesmo na completa ausência de qualquer tipo de evento.**

Nesse sentido, **podemos compreender que o desastre afeta diretamente a manutenção de um bem cultural histórico coletivo, como os festejos organizados pelas comunidades: o moçambique, o congado, a folia, a quadrilha, entre outras festas mencionadas nos quilombos.**

Há na comunidade a Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário e a Guarda de Congado de São Benedito, que se reúnem durante as festividades religiosas. Expressões religiosas afro-brasileiras são bem típicas dessa região de Minas Gerais, da Serra da Moeda. Em Brumadinho, há dezenas de Guardas de Congado, como são conhecidas. A festa é também conhecida como reisado, congo, congado ou congada. Seus participantes fazem um louvor a Nossa Senhora do Rosário e a outros santos negros.

“Na minha família, participamos desde pequeno no moçambique, é tradição de família. Desde pequenos, nós dançávamos com meu pai. E hoje tem outros pequenos que também dançam”.

Devido ao racismo enraizado no Brasil, ainda existe uma espécie de hierarquia religiosa quando falamos de religiões de matriz africana e afro-brasileira, como se determinadas religiões tivessem maior valor que outras. Nas quatro comunidades quilombolas, há um alto envolvimento das pessoas com associações e espaços coletivos, principalmente religiosos.

O Código Penal de 1890, a partir dos artigos 156, 157 e 158, proibia a prática religiosa de matriz africana, entendida como curandeirismo, espiritismo, magia ou feitiçaria, concebidos na época como charlatanismo. Mesmo com a alteração em 1940, as religiões de matriz africana e afro-brasileira ainda continuavam na esfera de credices, não receberam o mesmo *status* que outras religiões e o Estado continuou os processos repressivos. Em 1988, a Constituição Brasileira garante o direito de crença religiosa.

Passadas treze décadas do 13 de maio de 1888, os reflexos da escravidão se mostram tão presentes que o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo. E ainda não resolveu importantes questões como a discriminação racial, a violência, a exclusão e a falta de oportunidades de inserção social de forma igualitária para afrodescendentes, que formam a maioria de sua população, e especificamente para comunidades como as quilombolas.

A questão do pertencimento ao território é notória, sendo possível encontrar famílias que estão há 5 gerações nas comunidades. Foi possível também identificar forte

relação entre os quatro quilombos, bem como outras comunidades quilombolas, como Vargem da Lagoa, Ribeirão, São José, Lagoa, Massangano, Rodrigues, Boa Morte, Aranha, Colégio e Belo Vale.

“Ser quilombola é tudo de bom. Tenho orgulho de ser quilombola. Minha família tá aqui há muito tempo. Tem quilombola preto, mais claro, pardo e branco”.

As comunidades se auto-organizam para a realização das festas e são feitos mutirões. Pessoas da comunidade e dos quilombos vizinhos auxiliam na feitura das festas, já que há um entrelaçamento familiar entre elas. Também foi mencionado que há pouco e escasso apoio da Prefeitura de Brumadinho para a realização das festas.

De acordo com a pesquisa Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no Século 19 – História e Resistência – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes, o perfil socioambiental das comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais confirma-se pelo baixo nível de envolvimento por parte das instituições públicas nestas áreas.

Os números mais negativos demonstram que, das 173 comunidades pesquisadas, apenas 6% recebem água tratada, 2% têm esgoto, 7% têm postos de saúde, 6% têm escolas até a 8ª série e, ainda, 98% não têm agência dos Correios. Os Correios oferecem uma gama ampla de serviços, que vão desde banco postal, ações de microcrédito, cartas sociais, ações de responsabilidade social, que poderiam ser incorporados no dia a dia dessas comunidades quilombolas, iniciando um processo de melhorias sociais, rumo à diminuição da pobreza e desigualdade social.

As consequências do rompimento da barragem têm gerado sofrimentos psíquicos pela não possibilidade de se desfrutar da natureza para o bem viver, pelas condições inadequadas de moradia, pela perda da soberania e segurança alimentar e pelo impacto nas áreas coletivas, gerando situações de vulnerabilidade até então inexistentes a essas populações.

É importante destacar que as festas nas comunidades tradicionais representam, muitas vezes, momentos únicos das práticas sociais, políticas e culturais, como a preparação de comida. Além das festas em si, são processos contínuos do cotidiano das comunidades na transmissão de saberes entre gerações, as práticas comunitárias no território, trocas que ocorrem principalmente pela oralidade da população negra.

As principais fazendas nas proximidades das comunidades quilombolas de Brumadinho são: a Fazenda dos Martins, Fazenda Boa Vista e Fazenda Morro Grande (datada do início do século 20). Atualmente, predomina na região sul de Brumadinho a agricultura familiar em pequenas e médias propriedades.



Como expressão da identidade rural, existem diversas festas para celebração da colheita ou de alimentos, tais como: a “Festa da Colheita”, na comunidade quilombola de Marinhos; a “Festa da Jabuticaba”, no distrito de Aranha; a “Festa da Laranja”; e a “Festa da Mexerica Ponkan”. Esses eventos podem ser compreendidos como importantes traços de uma memória coletiva que reflete o modo como a população local se relaciona com a agropecuária, celebrando e reverenciando seus alimentos e suas colheitas. Os quilombos têm dentro da sua cosmovisão uma relação intrínseca com a natureza, simbolizada na presença dos saberes e das tradições ligados à preservação da terra, das florestas, das águas e no cultivo de plantas em sua diversidade.

E ainda que esteja negligenciada a contribuição tecnológica negra na história do campesinato brasileiro, os povos africanos foram fundamentais para o desenvolvimento da agricultura no país. O conhecimento das ervas, a produção agrícola, são todas atividades culturais extremamente importantes no campo do simbólico para essas populações.

De acordo com a SOS Mata Atlântica, Brumadinho tinha antes do rompimento da barragem uma área de 15.490 hectares de remanescentes da Mata Atlântica bem conservados, perdendo 112 hectares do bioma com o desastre.

A proteção das águas e florestas é um papel importante de povos e comunidades tradicionais, incluindo as comunidades quilombolas. Por centenas de anos, essas gerações coexistem com o meio ambiente, mantendo uma relação de guardiãs das florestas e da natureza.

Foram diversas as contribuições das populações negras em todos os séculos de trabalho na agricultura, algumas delas fundamentais nas cadeias produtivas

dos ciclos econômicos brasileiros, como o conhecimento para produção de duas importantes culturas, a cana-de-açúcar e o café, sendo que a própria espécie do café vem do continente africano.

A maior parte da produção era realizada em fazendas para consumo e comercialização pelos escravocratas. No entanto, houve na história alguns registros de pequenos lotes em Minas Gerais, no século 18, produzidos por pessoas escravizadas para consumo próprio, demonstrando que, mesmo em regime escravagista, já trabalhavam para garantir a existência dos seus.

“Meus antepassados sempre foram daqui. Como minha mãe disse, eles moraram em Açudinho, casaram e vieram para cá. Trabalhavam para fazendeiro, plantavam as coisas de meia e podiam ficar com parte delas”.

A agricultura enquanto saber no modo de vida das comunidades quilombolas é ancestral e é descrita por muitos pesquisadores como herança do continente africano. Isso porque a produção não envolve somente o conhecimento do “como plantar”, mas diversos fatores que fazem com que as comunidades hoje tenham esse saber como patrimônio agrícola.

Um deles é a diversidade de culturas agrícolas entre raízes, folhas, frutas e legumes. Nas comunidades de Ribeirão, Rodrigues e Marinheiros, não é diferente: em um levantamento sobre a abundância de espécies cultivadas, foram observadas 48 de culturas agrícolas e 24 de ervas medicinais.

Ao longo dos ciclos produtivos de plantio e colheita, as comunidades comentam a importância do preparo da terra, o processo de capinar, o uso de esterco, assim como a compreensão do período de plantio e colheita de cada cultura.

Nos quintais mais perto das casas, as ervas medicinais demonstram o quanto é viva a sabedoria da cura. Foi citado pelas pessoas das comunidades o uso dessas plantas em chás, mas também como parte de cura espiritual, com a presença das benzedoras nos quilombos.

Embora a lama de rejeito não tenha se dispersado pela área de moradia das comunidades quilombolas, quando observamos os danos ambientais da atividade de mineração e do rompimento de barragens, visualizamos que eles podem ser sentidos para além da área atingida pela lama, pois o transporte do material da lama pode ser realizado com maior intensidade pelas águas da bacia, com a dispersão das partículas aéreas e pelo lençol freático. Além disso, os quilombolas dizem que a área atingida pela lama será recordada para sempre.

“Ser quilombola é a luta de hoje, de antes, dos antepassados. Ser quilombola é manter a tradição e passar para a frente”.

Dada a demora dos órgãos federais no processo de regularização e proteção de territórios quilombolas, instituições estaduais têm trabalhado para identificar comunidades e, conjuntamente, realizar processos de autodemarcação. Em Minas Gerais, foram identificadas 1.043 comunidades negras e quilombolas, sendo que somente 404 estão cadastradas para processos de certificação e 14 em processo parcial ou total de demarcação de seus territórios.

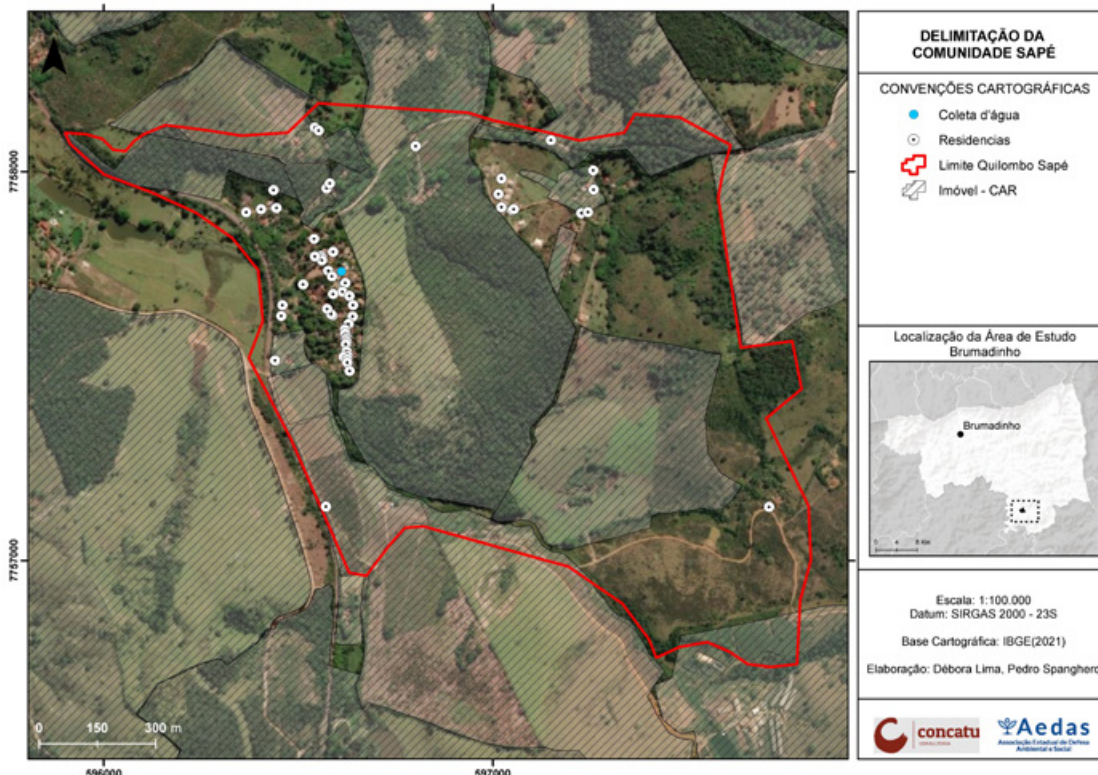


Brumadinho reflete essa situação, não tendo nenhuma comunidade titulada e apenas quatro quilombos reconhecidos pela Fundação Palmares: Sapé, Ribeirão, Marinhos e Rodrigues. Há ainda outras comunidades negras que estão no processo de identificação como comunidades quilombolas, como Massangano, Aranha e Córrego do Feijão. Todas elas têm uma rede de parentesco, o que as identifica com uma origem em comum e um território único tradicional.

Mapas

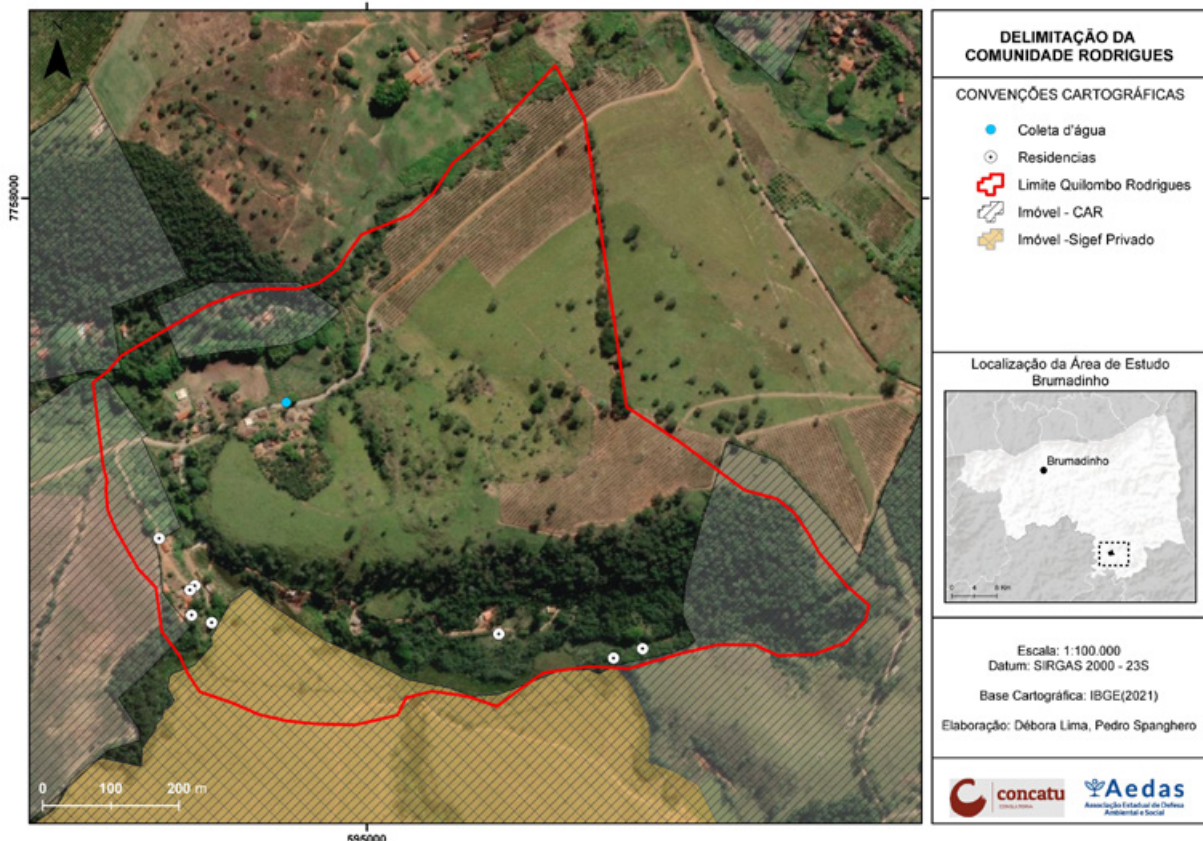
QUILOMBO DE SAPÉ

Localizado a 30 quilômetros do município de Brumadinho, é considerado a comunidade mais antiga. Foi reconhecido pela Fundação Palmares como comunidade quilombola em 2005. Tem casas concentradas em dois núcleos e uma área autodeclarada de 158,50 ha. O território quilombola de Sapé é onde se verifica o maior número de sobreposições de propriedades no Cadastro Ambiental Rural.



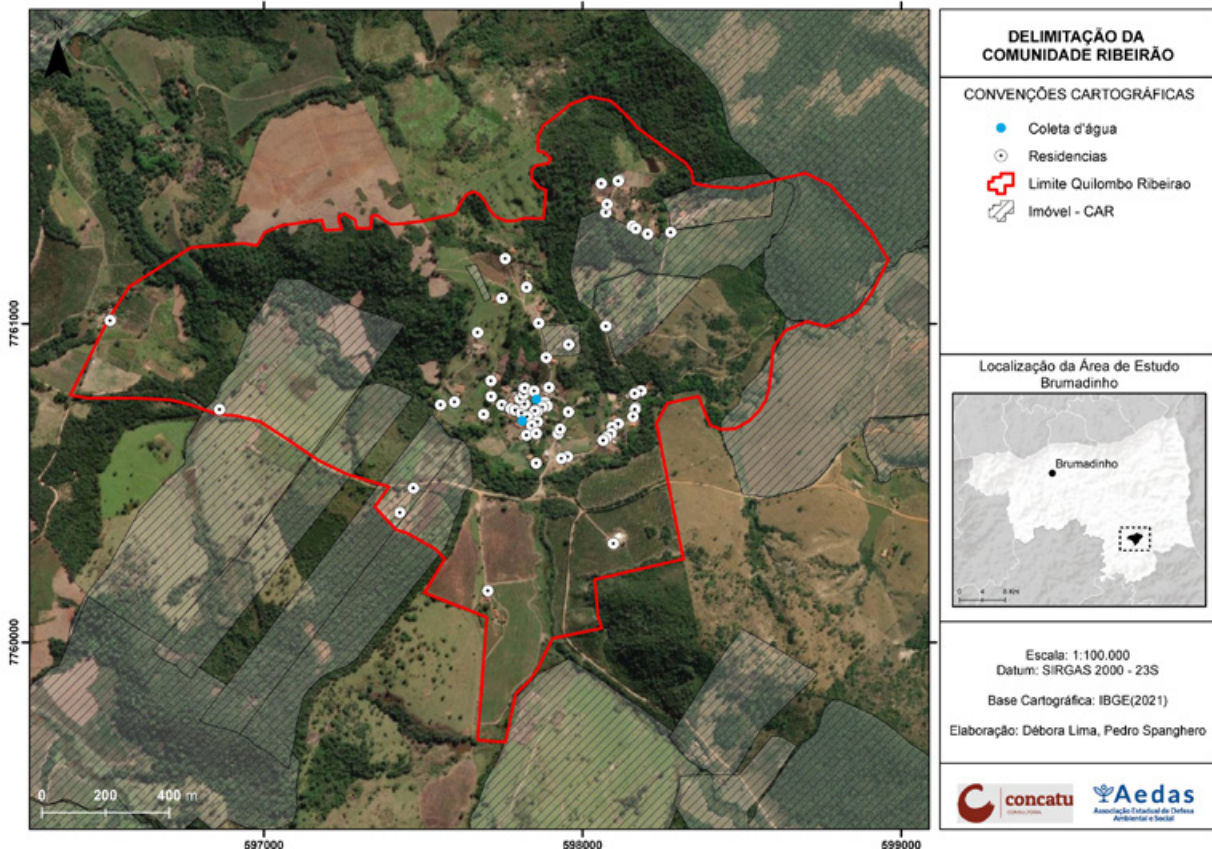
QUILOMBO RODRIGUES

Localizado a 36 quilômetros do município de Brumadinho. Tem um núcleo onde se localizam as casas, com oito casas georreferenciadas. A sua área autodeclarada é de 58,35 ha. Foi reconhecido pela Fundação Palmares como comunidade quilombola em 2010. O território da comunidade apresenta sobreposição de propriedades do Cadastro Ambiental e do sistema de georreferenciamento do Incra.



QUILOMBO RIBEIRÃO

Localizada a 25 quilômetros do município de Brumadinho, a comunidade tem 66 casas georreferenciadas. Tem a maior área autodeclarada entre os quilombos: 212,65 ha. Foi reconhecido pela Fundação Palmares como comunidade quilombola em 2010. Foram identificados conflitos sobre partilhas e compra de terras de gente não quilombola e sobreposição de propriedades privadas no Cadastro Ambiental.



QUILOMBO MARINHOS

Localizado a 28 quilômetros do município de Brumadinho, com aproximadamente 50 casas, numa área com tamanho desconhecido pelos moradores. Foi reconhecido pela Fundação Palmares como comunidade quilombola em 2010.



*Mapa gerado pelo Google Earth para tese de doutorado de Juliana Gazzinelli de Oliveira

A demanda por terras dos quilombolas ainda é um entrave. Foram concedidos, no Brasil, apenas 241 títulos a essas populações, algo em torno de 0,1% do território nacional ou cerca de 1 milhão de hectares – 78% desse total por governos estaduais, 19% pelo governo federal e quase 3% em parceria entre ambos. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) afirma que há 16 milhões de quilombolas no país.

No estado mineiro, comunidades quilombolas vivenciaram e vivenciam processos de grilagem e expropriação territorial – por fazendeiros, sitiantes não quilombolas, empresas rurais e empreendimentos minerários, como em Brumadinho. Há também comercialização de terras pelos quilombolas, motivada pela falta de recursos.

Com exceção da população em torno do Parque Cachoeira, os dados mostram que 63,8% da população atingida pelo desastre em Brumadinho se declara como não branca, ficando entre pessoas pretas e pardas.

Nos primeiros 10 quilômetros do trajeto da lama, eram 57,4% não brancos na área da mina; 53,8% não brancos em Córrego do Feijão (área urbana isolada); 47,5% no entorno do Parque Cachoeira; 70,5% em Cachoeira e Parque Lago (área urbana isolada); 70,3% em Pires (aglomeração de extensão urbana); 64% no entorno de Pires (área rural) e 70,2% na outra margem do Parque Cachoeira (área rural).

O mesmo aconteceu em Mariana: a maior parte da população afetada pela lama de rejeito, que morava mais próxima ao local do desastre, era negra. Quando a população mais afetada é a população negra, **chamamos isso de racismo ambiental**.

RACISMO ESTRUTURAL

A herança discriminatória da escravidão (todas as relações com base na ideia de inferioridade dos negros que foram transmitidas), em conjunto com a falta de medidas e ações que integrassem os negros na sociedade, como políticas de assistência social ou de inclusão racial no mercado de trabalho, gerou o que se entende por racismo estrutural, ou seja, uma discriminação racial enraizada na sociedade. Isto é, o racismo estrutural não diz respeito ao ato discriminatório isolado, ele representa um processo histórico em que condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos étnico-raciais são reproduzidas nos âmbitos políticos, econômicos, culturais e até mesmo nas relações cotidianas.

RACISMO AMBIENTAL³

Chamamos de racismo ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O racismo ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. O conceito de racismo ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia.

3- PACHECO, Tania. 2007. “Inequality, Environmental Injustice, and Racism in Brazil: Beyond the Question of Colour”. In: Development in Practice. Aug.2008, Vol.18(6). Disponível em português em <https://racismoambiental.net.br/>







**Depois do
desastre,
a resistência**

Os quilombos em Brumadinho são atravessados pela ameaça permanente dos grandes projetos de infraestrutura na região – minerários e energéticos, principalmente, com grande potencial de impacto sobre alguns territórios quilombolas.

Ribeirão, Rodrigues, Marinhos e Sapé são quilombos que se originaram na mesma região, em Sapé. Pessoas negras fugidas e alforriadas formaram uma primeira comunidade no topo do vale, dentro da capoeira, e depois da abolição da escravatura desceram para os rios e brejos para fundar as comunidades e iniciar suas plantações. As terras ocupadas pelos quilombos são de compra, doação, terras devolutas e de herança.

Entretanto, a falta de infraestruturas, informações e documentos referentes a essas comunidades – mesmo sendo já reconhecidas pela Fundação Palmares – agrava os conflitos territoriais: o racismo estrutural e o racismo ambiental que foram velados ao longo da história. Isso faz com que o acesso a medidas que poderiam reduzir os impactos do rompimento da barragem, bem como oferecer o acesso a políticas públicas e aos direitos humanos, tenha maiores obstáculos do que em outras comunidades e grupos de atingidos.

O rompimento da barragem I da Vale em Brumadinho ocorreu em 2019, sendo o maior acidente de trabalho do Brasil em perda de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial do século. Calcula-se que entre 147 e 424 comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, silvicultores e pescadores artesanais) tenham sido atingidas pelo desastre, considerando raios de 500 a 1.000 metros, numa extensão aproximada de 250 quilômetros do local do acidente – segundo nota técnica publicada pela Fiocruz e pelo Observatório de Clima e Saúde, que avaliou os impactos iniciais do desastre, em 2019.

A barragem I era uma das 11 barragens do complexo minerário Córrego do Feijão. No momento do acidente, a estrutura continha cerca de 11,6 milhões de metros cúbicos entre barramento e rejeitos armazenados.

Os danos ambientais, humanos e socioeconômicos se multiplicaram em maior e em menor grau no entorno das barragens, sendo registrados impactos ao longo de toda a bacia do rio Paraopeba. O rejeito atingiu de maneira direta e imediata nove setores, com população municipal estimada em 3.485 pessoas e 1.090 domicílios. São considerados atingidos, no total, 18 municípios, somando 1.165.667 pessoas expostas.⁴

E os impactos se estendem. O rompimento da Barragem I teve inúmeras consequências negativas para a economia local, na arrecadação, na geração de renda, manutenção e criação de postos de trabalho e na agricultura – no campo e na cidade de Brumadinho.

A agricultura local foi uma das atividades mais impactadas: a passagem do rejeito causou graves danos aos agricultores, principalmente aos pequenos proprietários. Antes do rompimento, a região tinha uma produção ativa de alimentos orgânicos e agroecológicos, já que 71% dos 443 estabelecimentos agropecuários cadastrados não utilizavam agrotóxicos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Vale destacar que a agricultura está muito presente nas comunidades quilombolas.

Esse assunto não é novidade. Nos últimos anos, acompanhamos os efeitos negativos causados pelo setor mineral no Brasil, com o rompimento das barragens de Fundão,

4- (ROMÃO, 2019) ROMÃO, A. et al. Nota técnica: Avaliação preliminar dos impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho, MG). Fiocruz / Observatório de Clima e Saúde: Rio de Janeiro, p. 21. 2019.

em Mariana, em 2015, e da barragem B-I e soterramento das barragens B-4 e B-4-A, no ano de 2019, em Brumadinho.

Ainda que o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 diga que é direito de todos os cidadãos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim como o seu uso comum pelo povo é essencial à sadia qualidade de vida, os danos causados pelas barragens afetam diretamente esse direito.

A Constituição também atribuiu ao poder público a obrigação de titular as terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. Pouco se avançou na consolidação desse direito, depois de mais de trinta anos da sua promulgação.

Educação

As comunidades remanescentes de quilombos têm dimensões educacionais, sociais, políticas e culturais com particularidades no contexto geográfico e histórico brasileiro, tanto no que diz respeito à localização quanto à origem. Considerando isso, em 20 de novembro de 2012 foi homologada a Resolução CNE 08/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que define que a Educação Escolar Quilombola requer pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, formação específica de seu quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, observando ainda os princípios constitucionais e a base nacional comum que orientam a Educação Básica Brasileira e deve ser oferecida nas escolas quilombolas e naquelas escolas que recebem alunos quilombolas fora de suas comunidades de origem.

Nos diferentes territórios quilombolas, a dificuldade de acesso à educação é algo presente tanto na aplicação da legislação e no alcance de uma pedagogia inclusiva para as comunidades quilombolas quanto nas estruturas físicas que possibilitam os estudantes a estar na escola.

Apesar da existência da Lei 10.639/2003, que normatiza o ensino da cultura e história do continente africano e da diáspora africana, o cumprimento da lei não tem sido efetivado em escolas que recebem os estudantes quilombolas.

É importante mencionar a presença de pessoas da comunidade que já atuaram na área da educação em Brumadinho: duas trabalhadoras de diferentes comunidades (Ribeirão e Sapé) – uma no setor de serviços gerais e outra como professora. Quando perguntamos a uma delas o que ela achava de ter sido uma professora quilombola: “Para mim, sempre foi um orgulho ter conseguido com muita luta me formar e ter dado aula em Marinhos”.

Também foi mencionada a dificuldade de acesso à escola. A mobilidade dos quilombos é prejudicada pelo serviço de transporte distante das comunidades, pela necessidade de participação de terceiros para levar as crianças à escola e pela existência de pontes danificadas que oferecem risco às pessoas em trajeto. **Quando falamos do acesso às escolas depois do rompimento da barragem, as comunidades contam que a mobilidade ficou ainda pior e que as crianças não foram mais para a escola.**

“Ficou parado uns dois ou três meses, não me lembro do tempo exato. Depois voltou a ter o funcionamento da escola, mas os professores demoravam a chegar, chegavam muito tarde de Brumadinho. Eles não são da comunidade, são poucos que são próximos da escola, a maioria vem de Brumadinho para cá, aí demorava a chegar”.

A quilombola entrevistada informa que, **com o rompimento da barragem, as crianças ficaram de dois a três meses sem ir à escola. Isso mostra os impactos do desastre no direito de ir e vir e no direito à educação para todos**, presente nos Artigos 5 e 205 da Constituição. E, **além de impossibilitar a locomoção das pessoas da comunidade, o rompimento da barragem trouxe problemas na própria ida dos professores à escola.** Sobre o ensino da cultura e história da população dos quilombos no ambiente escolar, as comunidades relatam que não existem projetos ou atividades específicas que as crianças e adolescentes desenvolvem nas escolas dentro dessas temáticas.

“Não existe nenhum projeto nesse sentido, nunca vieram aqui visitar, nunca peguei um material da minha filha sobre isso. Só se eles desenvolvem somente na escola, a ponto de as crianças nem comentarem. Eu acredito que não tem mesmo, porque nunca vi uma atividade nesse sentido”.

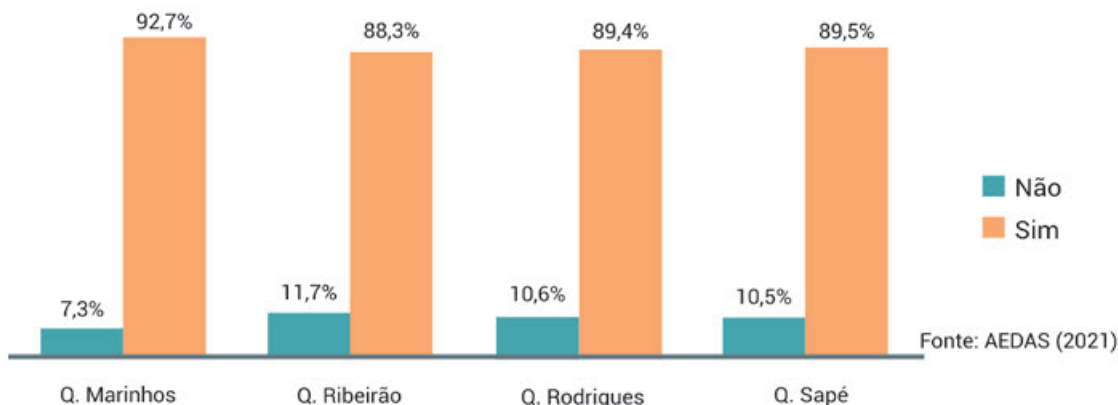
É de se pensar que no Brasil, um país com 56% da população negra, apenas em 2003 surgiu uma lei para o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira. A criança negra teve sua educação baseada no pensamento ocidental, fortalecendo assim a continuação das práticas racistas.

“Eu acho que devia ser introduzido um conhecimento maior sobre o que é ser quilombola, como surgiu, para eles saberem mesmo, para não ficar só no que os pais falam, até para eles não ficarem desmotivados. Porque fica sendo um assunto só de casa, que podia ser um assunto mais aberto, né? E deviam abordar outras áreas, porque senão fica parecendo que é uma coisa que nem existe”.

Por isso, a Lei 10.639/2003 e as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica são importantes ferramentas para a inserção de coletivos que trabalham a partir da perspectiva da cultura negra, assim como para que a escola vá até esses territórios, possibilitando que os estudantes de diversos grupos étnicos vivenciem a diversidade de práticas culturais, fortaleçam a luta antirracista no ambiente escolar, fomentem a cultura negra e demonstrem a capacidade da sua inclusão.

Quando analisamos o nível de escolaridade nas comunidades de Marinhos, Ribeirão, Rodrigues e Sapé, observamos que a maioria se declara alfabetizado.

É Alfabetizado(a)?

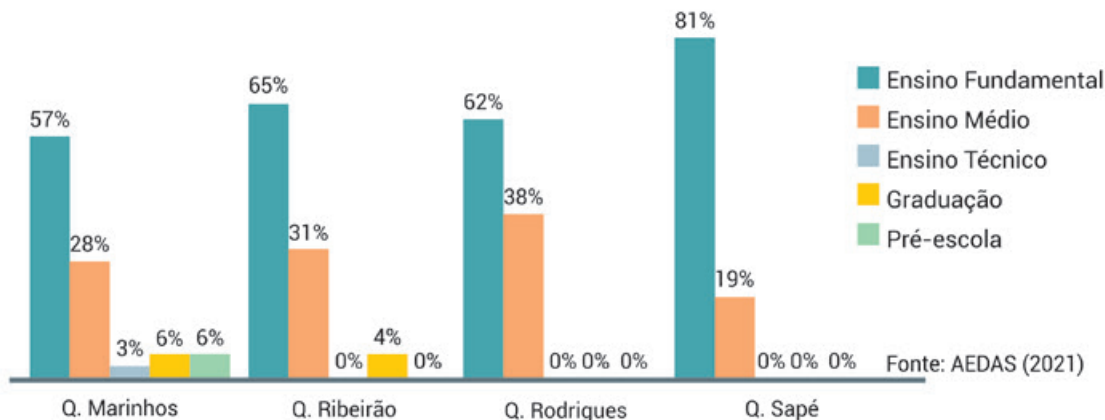


No entanto, sabemos que só a alfabetização não garante a conclusão do ensino básico, como os dados levantados sobre a escolarização e alfabetização da população negra, no qual, revelam que o analfabetismo, escolaridade, crianças, evasão e atraso escolar têm os maiores índices na população negra.⁵

5- (PINTO, 1987; COSTA, 2018).

Referente ao último grau cursado, a conclusão de pessoas alfabetizadas que acessaram e concluíram o ensino básico nas quatro comunidades é muito baixa, sendo a maior porcentagem as que concluíram o ensino fundamental.

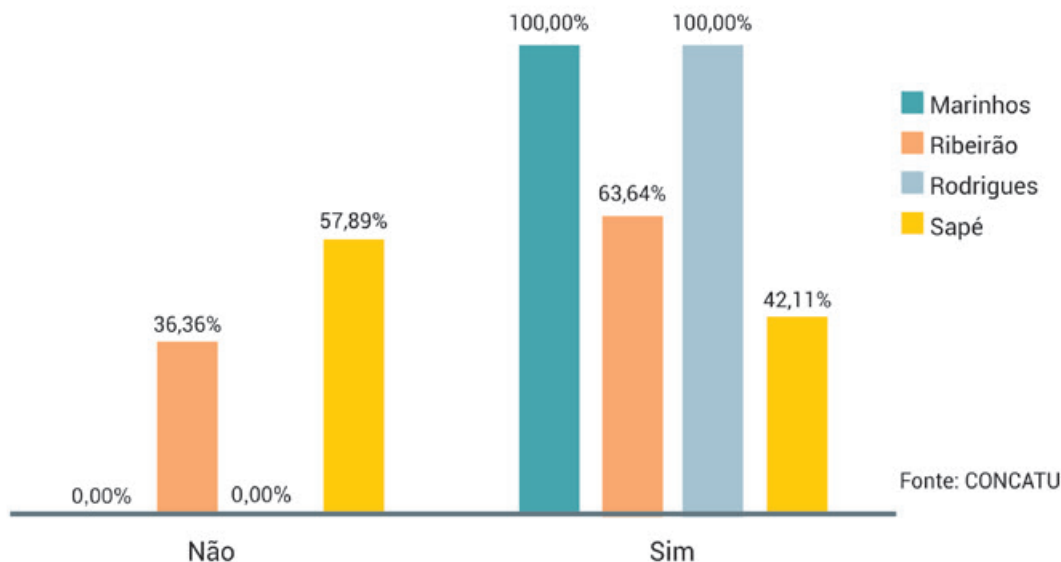
Qual o último grau que cursou?



Quando observada a porcentagem dos que cursaram o ensino técnico e superior, como demonstrado, em Marinhos apenas 3% cursam o ensino técnico e 6% a graduação; em Ribeirão não há quilombolas no ensino técnico e 4% na graduação; e em Rodrigues e Sapé não há quilombolas nem no ensino técnico, nem na graduação, demonstrando um grande déficit educacional nas quatro comunidades, o que posteriormente será refletido no acesso a postos de trabalho e a renda.

Nas quatro comunidades quilombolas, as estatísticas mostram baixo percentual de acesso ao ensino superior, tendo as comunidades Rodrigues e Sapé índice zero. Quando perguntados sobre o desejo de fazer um curso superior, segundo os dados coletados pela CONCATU em 2021, nos quilombos em Marinhos e Rodrigues, 100% dos entrevistados fariam faculdade ou curso técnico.

Os membros familiares que concluíram o ensino básico ou estão cursando o ensino médio fariam algum curso técnico ou faculdade se fosse possível?



É importante ressaltar que as entrevistas e os dados dos gráficos são levantamentos feitos depois do rompimento da barragem. Dessa forma, os baixos índices de acesso ao ensino superior e técnico podem estar relacionados ao rompimento, que potencializou em diversos aspectos as dificuldades das comunidades.

Saúde

A saúde é garantida como um direito a todos os cidadãos brasileiros, descrito no Artigo 196 da Constituição como “[...] um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Entendendo a saúde como fator importante na realidade das comunidades quilombolas e essencial para a qualidade de vida das pessoas, vamos compreender como as famílias das quatro comunidades quilombolas tiveram sua saúde impactada pelo rompimento da barragem da mina de ferro Córrego do Feijão.

De maneira geral, o trajeto da lama danificou o meio ambiente, assim como a saúde dos atingidos ao longo da bacia do rio Paraopeba. Os danos se estenderam não apenas aos moradores que vivem nesses locais, mas a pessoas que vivem em toda a região.

O rompimento da barragem causou a interrupção dos serviços gerais e principalmente de saúde em várias localidades. O impacto alcançou comunidades mais distantes, intensificando o seu isolamento, visto que as estradas e trilhas foram destruídas ou interrompidas, impossibilitando o acesso às cidades e aos serviços, sobretudo às unidades de saúde.

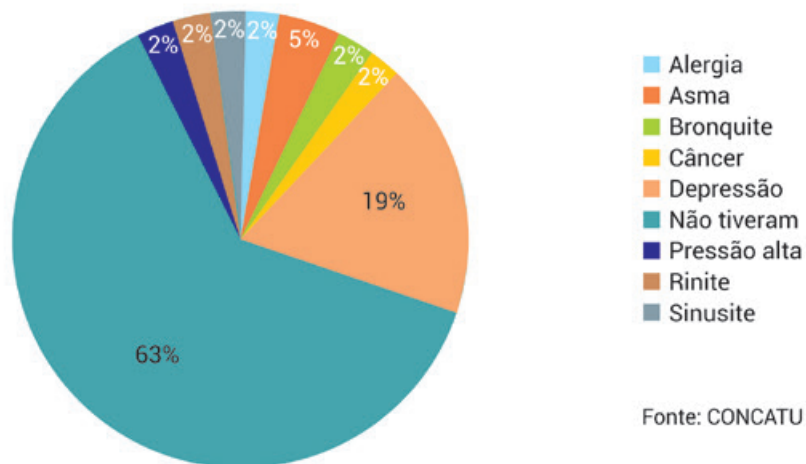
Entre os danos na saúde da população atingida pelo rompimento, foram levantados casos pós-traumáticos de crises hipertensivas, doenças respiratórias, depressão e ansiedade, surtos de doenças infecciosas, assim como o agravamento de doenças



crônicas preexistentes, exigindo maiores investimentos na ampliação e restauração dos serviços de saúde, principalmente nas comunidades isoladas, compreendendo danos às condições de saúde mental, de forma imediata ou prolongada, que se desenvolvem para além dos danos vindos da exposição aos elementos contaminantes. Assim, perguntamos se houve algum dano relacionado à saúde especificamente nas comunidades de Ribeirão, Rodrigues, Marinhos e Sapé depois do desastre.⁶

Mais da metade (63%) das pessoas relataram não ter havido dano à saúde física das famílias. No entanto, quase um quinto das pessoas (19%) apresentaram problemas de depressão.

Após o rompimento, você ou sua família tiveram problemas de saúde?



As famílias contam que a saúde mental foi a mais prejudicada, “depois do rompimento, aumentou a pressão arterial devido ao nervosismo”. Pessoas que trabalhavam na barragem da Vale sofreram impacto no dia do rompimento, agravando o bem-estar de toda a família.

“Meu neto trabalha na Vale e ele estava trabalhando na hora do desastre. Ele correu muito para não ser pego pela lama. Ele caía, mas os colegas o levantavam e ele conseguiu se salvar. Hoje ele tem depressão, não dorme direito, tem nervosismo, perda de apetite, dor de estômago. Ficou com problema psicológico, chateado e começou a beber. Ele estava no restaurante. Depois do desastre, ele voltou a trabalhar na Vale. Aí ele viu um pedaço de um corpo e pediu para ser mudado de posto de trabalho. Ele agora está trabalhando em uma empreiteira da Vale em outro lugar. Meu genro teve um problema na perna. Meu



genro e meu ex-genro sentiram muito. Meu neto que acompanhava os festejos já não se interessou mais”.

Também **podemos observar como o rompimento afetou a qualidade de vida das pessoas** ao ouvir uma das agentes de saúde do posto de saúde de Marinhos. Ela relatou o **aumento da busca por atendimento psicológico e medicamentos**, assim como outros relatos descritos nos dados dos núcleos familiares levantados pela AEDAS.

A pessoa atingida relatou que as mudanças foram drásticas **com o rompimento da barragem. Ela e o marido desenvolveram depressão e gastaram muito dinheiro com a compra de medicamentos e para o pagamento das consultas para acompanhamento psiquiátrico e psicológico.**

A pessoa atingida relata que, **após o rompimento, as coisas nunca mais serão as mesmas.** E que é muito difícil lembrar o que aconteceu, que foram muitas perdas que nenhum dinheiro pode pagar.

Teve falecimento de quilombola por causa do isolamento e da falta de possibilidade de chegar ao hospital. Também houve quilombolas soterrados no rompimento. Em relação à saúde física, há uma grande preocupação com a qualidade da água dos poços e com a contaminação de metais pesados na região, com atenção às pessoas que vão trabalhar em Brumadinho e que passam pela área atingida pelo desastre. Em alguns depoimentos levantados pela AEDAS, as pessoas também relataram problemas de saúde física.

A pessoa atingida desenvolveu **problemas respiratórios devido ao aumento da poeira.** Usa máscara frequentemente e faz tratamento com bombinha por causa da falta de

ar constante. Também foi registrado **o dano ao direito de ir e vir, tendo em vista as péssimas condições da estrada após o rompimento**. Ficaram impossibilitados de fazer compras de supermercado e acessar serviços em Brumadinho.

A pessoa atingida **desenvolveu uma crise asmática após o rompimento** e atualmente faz uso constante da bombinha para recuperar o fôlego.

Devido à lama, a **interrupção no trajeto das pessoas agravou a situação de saúde de muitos que precisaram e não conseguiram se locomover para atendimento médico**.

As comunidades de Ribeirão, Rodrigues e Sapé frequentam o posto de saúde de Marinhos, mas muitas especialidades acabam sendo avaliadas em Brumadinho ou Belo Horizonte.

“Acho que era 1 ou duas 2 horas da tarde, no dia 25, eu me lembro. Eu nem sabia. A velha tinha que ir ao cardiologista, foi mais de um ano depois”.

“Quando aconteceu a tragédia, a mãe [...] precisou de consultas e auxílio médico. E foi muito difícil, pois aumentou muito o trajeto até a cidade, passando por dentro da Vale e vendo o desastre, levando muito tempo e gerando desgaste físico e emocional. Começaram a levar a mãe até Belo Horizonte, aumentando muito os gastos da família e diminuindo a renda familiar. Sua mãe veio a falecer tempos após o rompimento. [...] também estava grávida na época e perdeu o bebê, com todos esses acontecimentos que a abalaram muito. Hoje enfrentam grande dificuldade financeira. [...] precisou tomar remédios controlados para recuperar sua saúde mental, ainda está fragilizada”.

Doenças historicamente difundidas na população negra brasileira e estruturadas pelo racismo devem ser observadas com mais atenção pelos sistemas de saúde, assim como essas famílias são mais afetadas pelas consequências de desastres como o ocorrido em Brumadinho.

O abastecimento de água ainda é uma grande demanda das comunidades. Muitos necessitam de água para consumo, irrigação de produção agrícola e para os animais. E, por não terem acesso, alguns acabam utilizando as águas dos rios, aparentemente poluídos. Outro comentário frequente é a **desconfiança em relação à qualidade das águas nas comunidades após o rompimento.**

Em maio de 2021, foram realizadas análises da qualidade da água nas comunidades Ribeirão, Rodrigues, Marinho e Sapé, de acordo com valores orientados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA em suas Resoluções 357 e 396 e pela Portaria 2914 do Ministério da Saúde. O resultado apontou alta concentração de ferro no rio da entrada do quilombo de Ribeirão, o que torna essas águas impróprias para o consumo humano, para agricultura e para o consumo animal (o resultado na íntegra de todas as análises fazem parte do documento com sistematização de dados primários e secundários – Produto 5, realizado pela CONCATU).

O saneamento básico ainda é precário, com condições que nos apontaram preocupação em relação à contaminação por efluentes domésticos. A ausência do serviço se reflete diretamente na saúde dos moradores da comunidade. O direito à saúde ambiental deveria ser preservado por meio de políticas públicas que as comunidades quilombolas deveriam acessar para melhor qualidade de vida dos quilombolas e mais sustentabilidade para as comunidades em garantia pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Trabalho e renda

As desigualdades sociais no Brasil estão diretamente relacionadas às diferenças raciais, seja no mercado de trabalho, nas distribuições de renda ou na moradia. Embora as pessoas de pele preta e parda sejam a maior força de trabalho do país (cerca de 57,7 milhões de pessoas, em comparação à população branca, com 46,1 milhões de pessoas), elas vivem em piores condições de trabalho: 47% das pessoas negras e pardas trabalham de maneira informal. Esse levantamento realizado pelo IBGE em 2019 retrata as desigualdades raciais refletidas numa estrutura historicamente consolidada no país.

Nas comunidades quilombolas de Ribeirão, Rodrigues, Marinhos e Sapé, a maior parte das pessoas nas quatro comunidades se declaram negras. **A maior parte das famílias relata ter tido um impacto negativo “muito alto” (49%) e “alto” (24%) depois do rompimento da barragem.**

A Vale fechou o ano de 2020 com um lucro de R\$ 27 bilhões, revertendo o prejuízo de R\$ 4,9 bilhões de 2019. Esses resultados permitiram à empresa distribuir, ao longo do ano, R\$ 34,2 bilhões em dividendos aos seus acionistas (R\$ 12,4 bilhões como retorno dos lucros do primeiro semestre de 2020 e R\$ 21,8 bilhões referentes aos resultados do segundo semestre), ou seja, os valores do desastre da barragem representam o bônus distribuído aos acionistas, a maioria capital estrangeiro, em um ano.





À medida que a mineração traz malefícios ao ambiente, cria uma dependência município-mineração nos âmbitos econômicos e políticos, uma vulnerabilidade territorial de dependência econômica, social e política de um único setor. Brumadinho não está fora dessa relação, atestada pelo poder público, comerciantes, trabalhadores da Vale e de terceirizadas e alguns moradores.

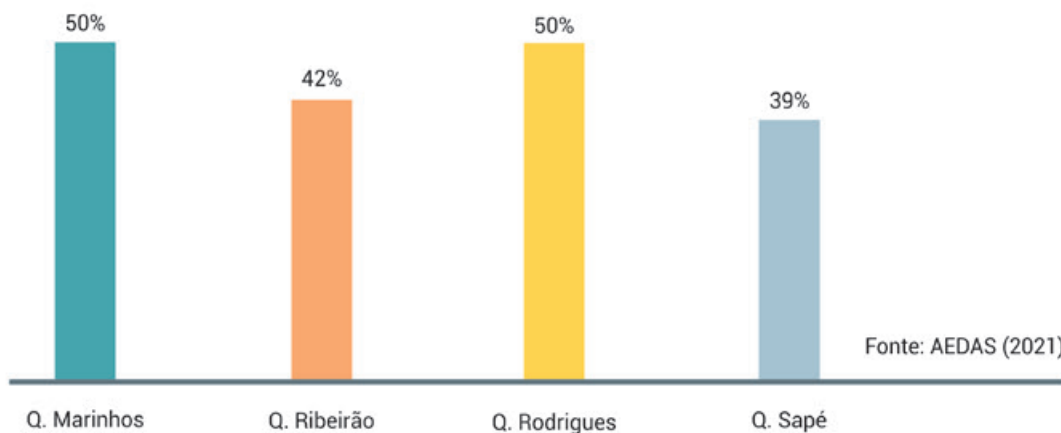
O município tem uma grande área rural e as pessoas que trabalham com produção agrícola dependem de recursos naturais, como água e solo, para o bom funcionamento de suas dinâmicas de economia, trabalho e renda.

As comunidades são produtivas e guardam grandes saberes sobre produção agrícola. As plantações são feitas tanto nas áreas da família, em regime de meia, e nas áreas das famílias vizinhas, com sistemas e plantios ancestrais de sementes crioulas e ervas medicinais, como para consumo e venda. Há alta biodiversidade e também criação de porcos, galinhas, além de algumas cabeças de gado.

Depois do rompimento da barragem, 72% das famílias entrevistadas afirmam ter sofrido com a diminuição da renda. Realidade que coloca em evidência a piora da vulnerabilidade econômica das pessoas atingidas e a dificuldade para a realização de diferentes atividades econômicas e produtivas capazes de garantir condições de vida e trabalho.

Quando perguntadas sobre o tamanho da redução na renda familiar, as pessoas das comunidades disseram que a queda depois do desastre foi grande: a renda familiar diminuiu 42% em Ribeirão, 50% em Rodrigues, 50% em Marinhos e 39% em Sapé.

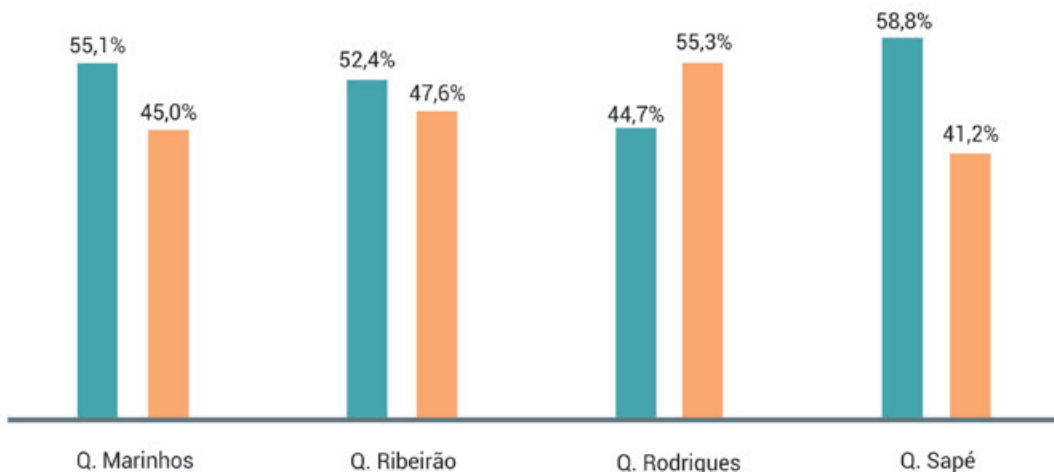
Qual foi a redução da renda familiar após o desastre da Barragem?



“Parte da renda familiar vinha da venda das produções agropecuárias na cidade e nas escolas. **Após o rompimento, não conseguiram mais vender as hortaliças, feijão, fubá, ovos, pois a população de Brumadinho ficou muito desconfiada com a possibilidade de os produtos estarem contaminados pela água do rio Paraopeba.** A família não recebeu nenhum auxílio ao agricultor familiar. Comentam que só os grandes produtores receberam”.

Nas quatro comunidades quilombolas, o percentual das pessoas que exercem alguma atividade remunerada atualmente chega a ser de mais da metade dos habitantes, com exceção do quilombo de Rodrigues: são 52,4% em Ribeirão, 44,7% em Rodrigues, 55,1% em Marinhos e 58,8% em Sapé.

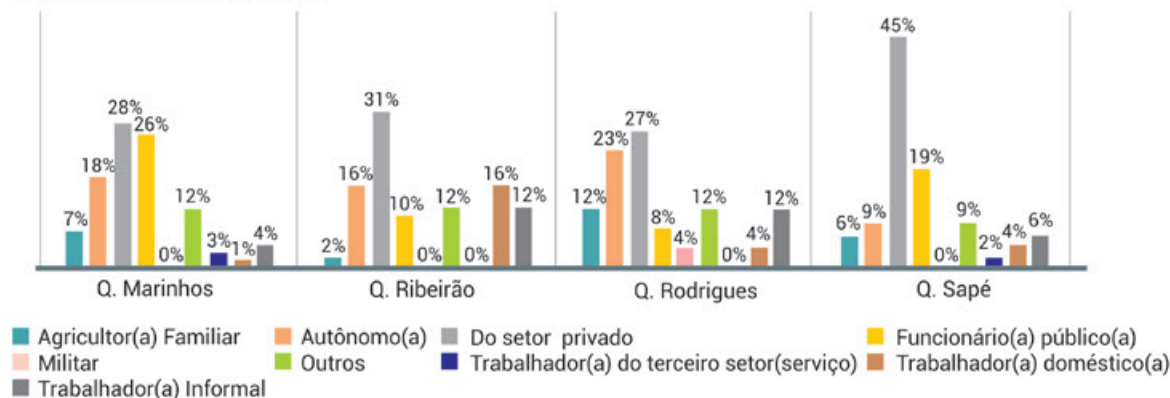
Você exerce alguma atividade remunerada atualmente??



“O pessoal daqui se desloca para o trabalho, mais para Brumadinho. O ônibus passa 5h30. A maior parte que vai para Brumadinho são mulheres, geralmente domésticas, diaristas. Outras vagas são mais difíceis. Tem uma empresa de limpeza urbana que abriu agora em Brumadinho que deu prioridade para a zona rural. Então o que sobra para gente é isso”.

Nesse trabalho você é?

Fonte: AEDAS



Apesar de os percentuais apontarem que grande parte dos trabalhadores pertence ao setor privado, funcionários públicos e autônomos, quando destrinchada a categoria “outros” e “ocupação atual”, as respostas foram: açougueiro, pedreiro, jardineiro, auxiliar geral, marceneiro, gari, professor de dança, atendente de telemarketing, produção de cerâmica, operador, manicure, auxiliar bola, bombeiro hidráulico, motorista, comerciante, vendedor de roupas, diarista, faz bicos, agente de saúde, entre outros. Essas respostas refletem a situação da população negra apontada pelo levantamento do IBGE.

Falta também a possibilidade de escolha. A atuação de mulheres como domésticas está presente em diferentes gerações nas comunidades, sejam mais velhas ou mais jovens – o que ainda hoje pode ser lembrado pela exploração racial vivida por mulheres negras e como um reflexo da manutenção das opressões sociais e raciais.

“Minha mãe teve oito filhos. Eu e algumas irmãs tivemos que ir para fora trabalhar. Eu saí com 10 ou 12 anos para trabalhar em casa de família”.

Quando perguntadas pelo motivo dessa realidade, as comunidades respondem: “Exatamente por estarmos despreparados. E tem que estudar lá, eu mesmo fico na tentativa de estudar, mas tenho que deixar minha filha, em casa. Então, se a gente tivesse uma preparação melhor aqui no quilombo, na hora de conseguir emprego poderíamos exigir mais. Então a gente já chega lá atrasado, sem preparo, e a outra coisa é sermos discriminados. Por uma questão racial. Exatamente”.

Além de comentarem sobre a falta de acesso à educação e como isso se reflete no trabalho das mulheres, os quilombolas contaram sobre o racismo no trabalho doméstico, descrevendo situações em que os patrões achavam que as pessoas negras eram mais fortes, uma ideia que é historicamente racista e baseada na dimensão de raça como aspecto biológico e físico.

O conceito de raça é uma construção social e histórica. Ele é definido principalmente no período da colonização e escravização no século 19. Isso tem relação direta com a formação de sociedades antinegro, a partir de uma dominação por parte dos países ocidentais e da população branca. O racismo é crime pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Apesar de tudo, **as mulheres são a maioria em posições de liderança das comunidades** e na luta dos direitos quilombolas. **São também as mais impactadas pelo desastre da barragem: sofrem com a tripla jornada de trabalho, cuidam da casa, da família, do alimento, das dores.** Com a força da reza, protagonizam suas vozes femininas.

Mobilidade

A mobilidade e o deslocamento dos quilombolas foram frequentemente comentados como um dos principais problemas que pioraram na vida das comunidades depois do desastre, estendendo-se em um olhar para o patrimônio material, imaterial e natural. Com a perda de acesso a alguns locais e com aumento do tempo para chegar a outros, a qualidade de vida, o exercício da cidadania e a vida digna dos moradores ficaram impactados, interferindo na educação, na saúde, no trabalho e no convívio social dos quilombolas e afetando o direito de ir e vir descrito no Artigo 5 da Constituição brasileira.

Antes do rompimento, o sistema de transporte já era precário, com preços altos nas passagens e poucos horários disponíveis para o deslocamento dos moradores das comunidades. **Depois do rompimento da barragem, essa situação se agravou. As comunidades quilombolas ficaram cerca de três meses isoladas, sem acesso a Brumadinho.** No que se refere à mobilidade e ao transporte, a ausência ou interferência desse direito afetou drasticamente quem usava o transporte para trabalhar ou acessar a sede do município. Muitos quilombolas comentaram sobre a demora para completar o trajeto, principalmente por passarem em uma ponte provisória em Melo Franco.

Logo após o rompimento, a família passou muita necessidade, não tinha como comprar alimento no bairro, não tinha como ir ao centro de Brumadinho, e não recebeu cesta básica. Ela estava no ônibus que passou na ponte 10 minutos antes da lama levá-la. O pós-rompimento foi um grande transtorno para o bairro, pois tinha apenas um ônibus por dia, que ia superlotado, demorando mais de duas horas de viagem, o que antes gastava 40 minutos, além de que tinham que fazer baldeação, passar por uma ponte suspensa, que balançava muito e dava muito medo. A atingida já machucou seu joelho por conta dessas condições precárias no transporte. Muitos idosos passavam mal, precisava parar o circular para urinar. Hoje ela sofre com crises

de ansiedade e está precisando tomar remédio para amenizar seu sofrimento mental, pois perderam muitos amigos próximos. Acha que a Vale está acabando com tudo, com as matas, destruindo a natureza e essas ações que ela faz é só para disfarçar.

O transtorno causado no deslocamento pelos desvios feitos até chegar à sede de Brumadinho afetava diretamente quem necessitava se locomover por diversos motivos e a demora no percurso piorava ainda mais essa situação.

“Depois do rompimento, quando a gente saía de casa 5h45, chegava em Brumadinho lá pelas 9 horas, 10 horas. Para vir para cá, tinha dia que saía 5h15 e chegava aqui 9h30, 10 horas da noite. Tinha dia que chovia e o córrego enchia. Nós passávamos por dentro da Vale e qualquer carro que passasse lá e perdesse o freio era só por Deus mesmo. E, quando chovia muito, tinha que passar em Tejuco, na mineradora mesmo, depois por Piedade, passava no Aranha, depois Melo Franco e vinha para cá. Aí já era 9h ou 10h da noite”.

Quando o trajeto foi liberado, passava pelo terreno da Vale. Os trabalhadores quilombolas contaram o quanto era traumático passar por ali diariamente, tanto pelo medo de um novo desastre quanto pela lembrança do ocorrido.

Mas com deslocamentos de até cinco horas para chegar ao trabalho, diversos quilombolas perderam o emprego. A ida à escola das crianças e o atendimento de saúde também ficaram prejudicados.

Há outros danos que envolvem a mobilidade e que se estendem até os dias atuais. Muitos quilombolas apontam que o transporte público ainda é ruim e que as linhas até Brumadinho são insuficientes, passando duas vezes por dia. **A coleta de lixo nas comunidades foi outro ponto prejudicado, porque deixou de ser realizada na frequência anterior ao desastre, demonstrando o quanto diminuíram as garantias básicas das pessoas dos quatro quilombos.**







**Outro olhar sob a
reparação**

A presente cartilha tem como objetivo apresentar os danos aos patrimônios, material, imaterial e natural das comunidades quilombolas de Ribeirão, Rodrigues, Marinhos e Sapé, causados pelo desastre do rompimento e soterramento das barragens da mina Córrego do Feijão.

Os impactos gerados pelo rompimento se estendem por toda a bacia, assim como a região na qual ocorreu, e extrapola a dimensão do meio físico, se estendendo à produção de danos ao patrimônio material e imaterial e natural. **Milaré (2016) descreve dano como:** “[...]toda interferência antrópica infligida ao patrimônio ambiental (natural, cultural, artificial), capaz de desencadear, imediata ou potencialmente, perturbações desfavoráveis (in pejus) ao equilíbrio ecológico, à sadia qualidade de vida, ou a quaisquer outros valores coletivos de pessoas” (MILARÉ, 2016 p. 83). Ele descreve ainda que os danos podem se estender a dano ambiental material, referindo a um macrobem (bem de interesse coletivo), ou microbem (bem de interesse individual). Podem ser exemplos o desequilíbrio ecológico, a poluição no meio físico, biótico e a saúde humana. Além disso, podemos especificá-lo como dano ambiental extrapatrimonial, abarcando aspectos subjetivos, como os sentimentos da população atingida.

O **patrimônio imaterial** é composto de bens que marcam a vivência coletiva e práticas sociais consideradas importantes para a cultura, memória, identidade e a formação social das comunidades quilombolas, incluindo práticas tradicionais da agricultura, que são transmitidos de geração em geração, e são constantemente recriadas pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O **patrimônio material** é composto de aspectos físicos, como bens móveis, imóveis e estruturas, incluindo práticas tradicionais da agricultura. Porém, vai além disso, e precisam ser considerados os fatores que possam medir as condições sociais e materiais de determinada população, como o local e a condição da moradia, condições de trabalho, acesso às escolas, qualidade da atenção por parte dos serviços sociais e profissionais de saúde, no âmbito individual e coletivo.

O **patrimônio natural** é definido pelos aspectos e bens da natureza, monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais. Compreende também a proteção ao ambiente, ao patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial. Enfim, áreas que transmitem à população a importância do ambiente natural para que nos lembremos quem somos, o que fazemos, de onde viemos e, por consequência, como seremos. Todas essas lembranças fazem parte da nossa história. Perdê-las é, além de dano ambiental irreversível, uma agressão à memória e, acima de tudo, a perda da qualidade de vida.

A maior parte das famílias quilombolas de Sapé, Ribeirão, Marinhos e Rodrigues considera que os impactos sofridos pelo rompimento da barragem são grandes.

- **52% acreditam que os impactos foram altos ou muito altos relacionados à renda**
- **55% relacionados à moradia, infraestrutura e patrimônio para suas famílias**
- **82% relacionados a problemas socioambientais**
- **51% no acesso à educação e serviços socioassistenciais**
- **68% na extensão dos danos para a cultura, patrimônio imaterial, esporte e lazer**

DANOS À CULTURA

- Ausência das celebrações religiosas tradicionais nas comunidades
- Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário
- Guarda de Congado de São Benedito
- Ruptura na evolução e manutenção dos saberes geracionais e dos modos relacionais de criar, fazer e viver.
- Ausência das manifestações culturais como os festejos, danças e músicas organizados pelas comunidades:
 - I. Moçambique
 - II. Congado
 - III. Folia de reis
 - IV. Quadrilha
 - V. Festa da Colheita
 - VI. Festa da Jabuticaba
 - VII. Festa da Laranja
 - VIII. Festa da Mexerica Ponkan
- Ruptura na evolução e manutenção das tecnologias tradicionais, suas atividades e seus costumes.
- Ausência de acesso ao esporte e ao lazer.
- Ruptura na evolução e manutenção das organizações socioculturais, nas práticas sociais, políticas e culturais.
- Ruptura na evolução e manutenção das relações sociais e familiares.
- Perda de membros da comunidade.
- Transformação da rotina e dinâmica da vida familiar.
- Isolamento – ausência de pessoas que costumavam fazer visitas às comunidades.
- Impossibilidade de desfrutar da natureza para o bem viver.
- Perda da soberania e segurança alimentar.
- Impacto nas áreas de vivência coletiva.
- Forte impacto na agricultura ancestral – aspecto prioritário no modo de vida das comunidades

quilombolas (patrimônio cultural agrícola). Foram observadas 48 variedades de culturas agrícolas e 24 de ervas medicinais. Produção ativa de alimentos orgânicos e agroecológicos.

- Ruptura na evolução e manutenção das crenças e curas espirituais (o uso de plantas em chás como parte de cura espiritual, com a presença das benzedeiras nos quilombos).

DANOS AO MEIO AMBIENTE

- Alto impacto no trajeto da lama danificou o meio ambiente em toda a região.
- Alto impacto através do transporte do material da lama pelas águas da bacia.
- Alto impacto através da dispersão da lama por partículas aéreas e pelo lençol freático.
- Destruição da biodiversidade.
- Contaminação das águas com metais pesados (presença em cursos d'água e em poços).
- Comprometimento no abastecimento de água para as famílias, para a agricultura e para os animais.
- Comprometimento de acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- Transformação na paisagem.

DANOS À EDUCAÇÃO

- Completa ausência de acesso à escola por 3 meses pelas crianças quilombolas.
- Dificuldades permanentes de acesso à escola, distância e transporte precário.
- Comprometimento do acesso dos professores à escola.
- Ruptura na evolução dos estudos para o ensino médio, superior e técnico.
- Aumento do nível de dificuldade e da precariedade na educação dos quilombolas.

DANOS À SAÚDE

- Isolamento das comunidades, cerceando o direito de ir e vir com a destruição e interrupção de ponte, estradas e trilhas, impossibilitando o acesso às cidades e aos serviços de saúde.
- Interrupção de acesso aos serviços de saúde.
- Interrupção de acesso a medicamentos.

- Interrupção de acesso aos supermercados.
- Agravou a situação de saúde de muitos que precisaram e não conseguiram se locomover para atendimento médico.
- Morte de quilombola por falta de atendimento.
- Agravamento de doenças crônicas:
 - hipertensão.
 - problemas respiratórios.
- Surgimento de doenças respiratórias: asma.
- Surtos de doenças infecciosas.
- Doenças ainda não detectadas pelo consumo de água contaminada com metais pesados.
- Danos gravíssimos às condições de saúde mental, de forma imediata e prolongada com impactos psicológicos e psiquiátricos:
 - Transtorno de ansiedade.
 - Depressão.
 - Comprometimento dos laços familiares.
 - Comprometimento nos laços sociais.
 - Comprometimento nas vivências intergeracionais.
 - Comprometimento nas vivências comunitárias.
 - Comprometimento nas vivências políticas.
 - Transformação repentina na rotina.
 - Transformação na dinâmica do dia a dia familiar.
 - Agravamento da sensação de medo.
 - Perda da autoestima.
 - Luto pela perda dos quilombolas soterrados.
 - Perda da mobilidade e isolamento.
 - Perda do bem-estar de toda a família.
 - Perda da qualidade de vida.
 - Luto pela perda de quilombola devido ao isolamento da comunidade.
 - Transformação na paisagem.

DANOS AO TRABALHO E RENDA

- Forte redução na renda das famílias quilombolas.
- Alto impacto na geração de renda a partir da produção agrícola.
- Alto impacto na geração de renda a partir da criação de suínos (porcos), galinhas e gado.
- Aprofundamento severo da vulnerabilidade econômica das famílias quilombolas.
- Ampliação exponencial do trabalho doméstico na vida das mulheres.
- Afetou drasticamente o trabalho e empregos de quem usava o transporte para se deslocar para essas atividades em outras localidades.

DANOS À MOBILIDADE

- Comprometimento severo na mobilidade e deslocamento dos quilombolas, com o isolamento das comunidades quilombolas por três meses, estendendo os danos para o patrimônio material, imaterial e natural.
- Completa ausência de acesso a alguns locais.
- Alteração de trajetos com aumento exponencial do tempo para chegar aos locais.
- Alto impacto na qualidade de vida.
- Alto impacto no exercício da cidadania.
- Forte redução nas condições de vida digna dos moradores.
- Alto impacto na educação.
- Alto impacto na saúde.
- Alto impacto no trabalho e renda.
- Alto impacto no convívio social dos quilombolas.
- Ponte danificada (ponte Melo Franco).
- Completa ausência da coleta de lixo nas comunidades.
- Os danos que envolvem a mobilidade tiveram impacto imediato e impacto prolongado, alguns se estendem até os dias atuais.

Sendo assim, **este levantamento caracteriza e demonstra várias violações ao direito das comunidades quilombolas em sua vida e em seu modo de viver e de realizar suas atividades.** E, conforme o Artigo 216 da Constituição, os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei. Os patrimônios imateriais das comunidades devem ter uma atenção especial à reparação, uma vez que são essenciais para as culturas dessas comunidades.

Quando observamos que o rompimento afetou a mobilidade e transporte das pessoas quilombolas, impactando a educação, saúde e trabalho, vemos novamente o seu modo de vida ser violado.

A perda do direito de ir e vir interferiu nos festejos, assim como nas relações sociais, na transmissão de saberes. O desastre também afetou o desenvolvimento da agricultura pela insegurança das águas para aqueles que produziam para vender e consumir seus alimentos.

“Depois do desastre, ficou tudo fechado. A gente não conseguia sair daqui. A gente passou a maior humilhação naquela ponte velha (de Melo Franco). O ônibus deixava a gente lá e aí tinha que voltar a pé, com compras e tudo. Eu tentei ir ao serviço para não perder o emprego. Mas aí tive que pedir pra me levarem até Moeda ou Casa Branca pra eu pegar a condução e chegar em Belo Horizonte. Eu gastei quase 5 horas. Aí eu pedi demissão, porque não tinha condição de chegar no horário e pagar um carro todo dia é muito caro”.

Muitas dessas populações trabalharam durante séculos, contribuíram com seus conhecimentos e permaneceram séculos depois com os piores índices quanto a trabalho e renda devido ao racismo estrutural e à falta de reparação com as pessoas negras.



Electrical outlet

Esmaltec



Já uma grande parte permaneceu resistindo, como nos quilombos, e ainda resiste até hoje às violações baseadas no racismo estrutural e institucional. O ponto central para o entendimento do ser quilombola a partir das comunidades foi ter ancestrais negros que já estavam na região ou que foram escravizados pelas fazendas próximas, sendo a mais citada pelas comunidades a Fazenda dos Martins.

E, quando avaliamos ao longo da Bacia do Rio Doce e Paraopeba qual é a população mais impactada pelos rompimentos, é importante reforçar que os dados nos ajudam a compreender como e por que são as populações negras que mais sofrem.

Um cenário de desigualdade racial que se relaciona diretamente com a problemática da justiça ambiental. As pessoas são levadas a conviver com um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, com instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros – inclusive instalações estatais – e uma maior exposição frequente a novos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos.

No caso de comunidades atingidas, a reparação de danos também é prevista na Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, que afirma, no Artigo 3: “Garantir que empresas responsáveis por projetos, obras e empreendimentos compensem ou indenizem os povos e comunidades tradicionais pelos prejuízos causados nos territórios tradicionalmente ocupados e reparem os danos físicos, culturais, ambientais ou socioeconômicos”.

Na questão da justiça para o povo quilombola, é preocupante quando vemos que, dos 420 registros de quilombolas nas quatro comunidades, 378 pessoas não tiveram contato com as instituições de justiça, como Defensoria Pública ou

Brumadinho / MG



Comunidades Remanescentes de Quilombos
Remaining quilombos communities



Localizado nas comunidades de: Rodrigues, Sapé, Ribeirão e Marinhos o sítio histórico quilombo do sapé é um marco social e histórico da cultura afrodescendente em Brumadinho. Construída por ex-escravos as comunidades de povos remanescentes quilombolas de Brumadinho tem mantido vivas e atuantes suas tradições e costumes, seja através da sua religiosidade, da sua culinária e do seu artesanato. O nome "sapé" tem origem nas primeiras casas construídas na região, feitas de pau-a-pique e sapé. Na região encontro se também igrejas, fazendas setecentistas e uma estação ferroviária. Todas as quatro comunidades mantêm ativa a cultura e a identidade dos afrodescendentes em Brumadinho.

Located in the communities of Rodrigues, Sapé, Ribeirão and Marinhos, the historical site "Quilombo do Sapé" is a social and historical landmark of Afro-descendant culture in Brumadinho. Built by ex-slaves, the remaining quilombola people communities of Brumadinho have kept their traditions and customs alive and active, whether through their religiosity, cuisine or handicrafts. Its name comes from a plant (Sapé) that the quilombos inhabitants used to build their houses. In the region, there are also churches, farms from the 70's and a train station. All four communities keep alive the afro-descendants culture and identity in Brumadinho.



PREFEITURA MUNICIPAL
BRUMADINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE
TURISMO E CULTURA

Ministério Público, o que mostra novamente a vulnerabilidade que tais comunidades estão frente ao desastre.

Pensando em formas de superar esse cenário, citamos algumas propostas da Matriz Emergencial da AEDAS para os diferentes impactos relatados e observados nas comunidades quilombolas.

Todas as pessoas quilombolas entrevistadas mencionaram a paralisação das festas e das manifestações culturais, pilardo modo de viver dos quilombolas. Uma das propostas para apoiar nessa situação seria oferecer espaços estruturados nas diferentes comunidades para que possam desenvolver as atividades culturais, sendo necessário transporte conectando os quilombos entre si, assim como o restante do território, para garantir a continuidade do circuito de festas e apresentações artísticas tradicionais.

Além disso, seria importante fortalecer o processo de tombamento de bens culturais de natureza material dos quilombos, bem como o registro de bem cultural de natureza imaterial e natural, conforme a Portaria 29/2012, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Essa medida deve garantir o registro estadual das Guardas de Congo e Moçambique, expressão cultural presente em diversas regiões e comunidades atingidas pelo desastre em Brumadinho.

O tombamento é um instrumento legal que pode ser acionado por organizações e associações civis, secretarias estaduais e municipais e instituições ligadas à Secretaria Especial de Cultura, com o objetivo de preservar, reconhecer e valorizar o patrimônio imaterial, natural e material, que marca a vivência coletiva e práticas sociais consideradas importantes para a cultura, memória, identidade e a formação social das comunidades quilombolas.

Também são necessários, como medidas reparadoras, os incentivos ao armazenamento e à comercialização do artesanato local, a promoção de oficinas, como aulas de capoeira, confecção de instrumentos, bem como outras atividades culturais que garantam a transmissão de saberes entre gerações.

As comunidades quilombolas citaram interesse em cursos de marcenaria, culinária (gastronomia, manutenção e higienização de alimentos), biologia e enfermagem. Um incentivo poderia contribuir para geração de emprego e renda, em respeito aos hábitos locais e suprimindo a demanda por autonomia e sustentabilidade.

O oferecimento de cursos pode ainda impedir o agravamento dos danos relativos à formação profissional e à perda de renda, especialmente para jovens quilombolas, uma vez que o rompimento impactou a juventude diretamente nessas áreas,

comprometendo seriamente o futuro profissional e as possibilidades de gerar renda dentro da própria comunidade.

Mesmo não sendo o foco das conversas com as comunidades, é perceptível a importância do Bolsa Família e das políticas de auxílio emergencial relacionadas às ações de reparação da Vale para as famílias quilombolas.

A consolidação de políticas públicas participativas, em que sejam considerados os saberes e as vozes das comunidades quilombolas, em suas necessidades concretas e em seus próprios termos e linguagens, é uma condição para a libertação e relação de todos com sua ancestralidade.

Lembramos aqui as centenas de comunidades quilombolas que ainda preservam seus saberes e tradições e protagonizam lutas para superar as mazelas do racismo e conseguir a regularização da posse das terras em que vivem.

Trata-se da população que vive em terras remanescentes de quilombos. A necessidade de regulamentação dessas áreas articula não somente questões raciais, mas também o tema agrário, educacional, da saúde dessa população e o próprio problema ambiental.

Dessa forma, teremos a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades dentro da perspectiva de desenvolvimento adequada à preservação de seus recursos naturais.

Considerando que a luta dos povos afrodescendentes por melhores condições de vida vem desde o período colonial brasileiro, os quilombos representam um espaço geograficamente delimitado no qual as pessoas negras buscam preservar a sua identidade e liberdade.

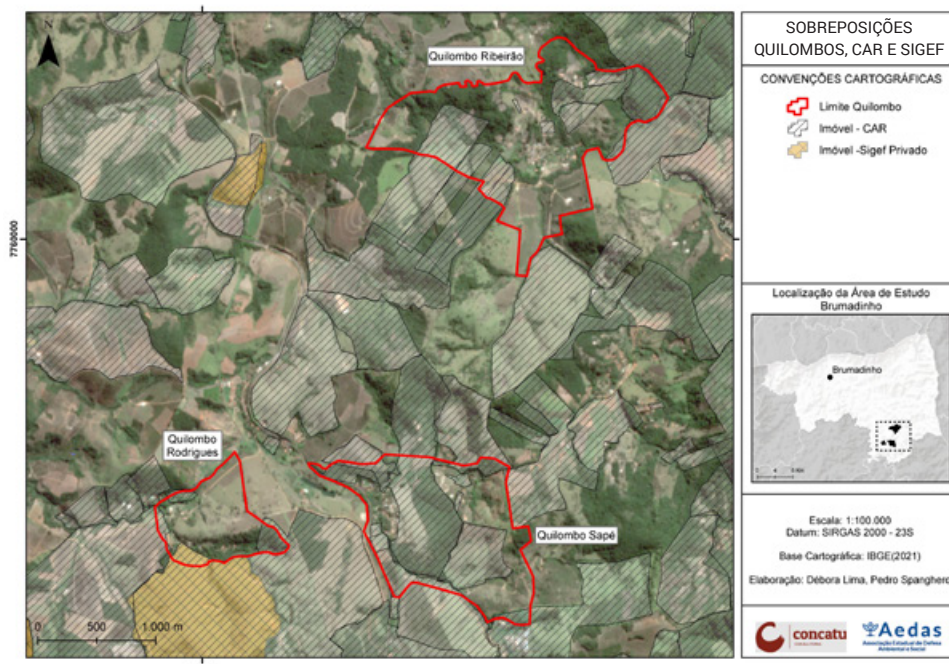
As apropriações do espaço original, com a inserção de atividades econômicas, gradativamente, tendem a ocasionar a redução das terras das comunidades quilombolas, acarretando a ausência de autoestima, a migração e a falta de espaço para produção. Ainda assim, muitas comunidades estão se organizando, reconhecendo a sua diferença étnica e valorizando suas culturas e características próprias.

Quilombolas não invadem terras, ao contrário, tiveram e têm suas terras invadidas por grileiros e aproveitadores. A violência em relação à disputa pela terra é o principal problema das comunidades quilombolas de Minas Gerais.

A maioria dessas comunidades perdeu seus territórios históricos por grilagens que datam aproximadamente da década de 60, 70 e 80 do século 20. Há também vários casos conflituosos relacionados a construções de hidrelétricas, instalações de grandes mineradoras, implantação de siderúrgicas de eucalipto, entre outros exemplos – todos agentes explícitos que comprometem a sobrevivência dos quilombolas e de outros grupos e populações da área rural.

MAPA DA REGIÃO COM DEMARCAÇÃO DA SOBREPOSIÇÃO AOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

A disputa pelo território nos quilombos Sapé, Ribeirão, Marinhos e Rodrigues, em Brumadinho, representa uma das fragilidades das comunidades. Ao confrontarmos os mapas georreferenciados dos territórios das comunidades quilombolas com as informações da Agência Nacional de Mineração, podemos observar que todos os territórios quilombolas estão completamente sobrepostos a licenças minerárias. Isso nos leva a constatar como as comunidades ainda podem ser impactadas por projetos de mineração e pela disputa territorial, reforçando ainda mais a necessidade da delimitação territorial e da titulação dos territórios como uma demanda emergencial.



Nesse cenário, a grande força para os quilombolas é o Ministério Público Federal. Os grandes empecilhos têm sido a Fundação Palmares, o Iphan e o Incra, cuja burocracia e falta de entendimento do funcionamento de tais órgãos pelas comunidades quilombolas ainda são um obstáculo.

Em Minas Gerais, assim como em outras partes do Brasil, as origens dos quilombos são diversas. Alguns são formados pela compra, troca, doação e herança das terras. Outros foram iniciados por negras e negros que andavam em busca de liberdade e melhores condições de vida, fugindo da fome, da seca que atingiu diversas regiões e grupos sociais. As terras, para além da propriedade privada, eram chamadas de terras soltas, terras livres, devolutas e públicas.

A história dos quilombos de Sapé, Ribeirão, Marinhos e Rodrigues, em Brumadinho, combina aspectos da constituição de um assentamento em terra livre – local chamado de “quilombo” pelas comunidades. A área fica no topo de um vale nas proximidades do Sapé e foi mencionada nas conversas que tivemos nos quatro quilombos.

“Minha tia, que morreu com mais de 100 anos, falava que até lá em cima era Sapé. Depois do Marinhos, tem um lugar que você vê uma moita de bambu lá do alto, era tudo nosso. E que antes era tudo Sapé, mas é parente”.

Depois da abolição da escravatura, os negros e as negras que haviam fundado esse primeiro assentamento começaram a sair do topo do vale – local com posição privilegiada para se observar a chegada de ameaças – e foram povoar e plantar nos vales e brejos onde estão as quatro comunidades atualmente.

Levantar informações e dados sobre os territórios quilombolas é um instrumento de valorização pública dos conhecimentos tradicionais, trazendo falas dos mais velhos, reafirmando sua identidade e expressando, ao mesmo tempo, suas preocupações e a esperança de permanência de seus valores culturais, econômicos e sociais.

Afinal, os mais velhos atuam de forma decisiva para tornar acessíveis a história e a ancestralidade presente nos territórios. Procuramos assim a melhor forma de somar forças para a visibilidade dos quilombos e contribuir para sua reparação integral, sendo reconhecidos pela sociedade como parte integrante da rica diversidade cultural do país.

Não há qualquer dúvida de que os danos causados aos quilombos Sapé, Ribeirão, Marinhos e Rodrigues, em Brumadinho, afetam tanto o patrimônio material, imaterial e natural, prejudicando ainda mais essa população que já apresenta grandes vulnerabilidades em seus territórios. Faz-se imprescindível a compreensão de que as situações de racismo estrutural e de racismo ambiental, aliadas à disputa territorial, às quais essa população está exposta nos possibilitam um novo olhar sob a reparação e apontam para a necessidade de extrapolar a conjuntura do desastre sociotecnológico do rompimento e soterramento das barragens da mina Córrego do Feijão.



“

No Dia da Consciência Negra, nós criamos um grupo, o Quilomboaxé.

A gente canta e dança. Meu irmão puxa um cavaquinho, meu irmão toca o pandeiro, eu canto e danço. Cria um pagode, cria uma música de quilombo... vou cantar uma música aqui para vocês:

*Eu vou pegar minha viola (eu vou)
Eu sou um negro cantador
A negra canta, deita e rola
É na senzala do senhor
Vou tocar fogo no engenho, meu pai (eu vou)
Onde o negro apanhou
Mas canta aí, negro nagô
Mas dança aí, negro nagô
Negro nagô (bis)*

”



Aedas



concatu

CONSULTORIA